

A hand is shown holding a globe of the world. The globe is tilted, and the continents of Africa and South America are visible. The text is overlaid on the globe in a bold, white, sans-serif font. The background is dark and out of focus.

DIAGNÓSTICO DA ÁREA DA DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE DO CONCELHO DA AMADORA

logframe



FICHA TÉCNICA

Título

Diagnóstico da área da Deficiência do Concelho da Amadora 2023

Entidade Promotora:



AMADORA
Câmara Municipal

Câmara Municipal da Amadora

Em colaboração com:



Rede Social da Amadora - Conselho Local de Ação Social

Documento elaborado por:



Logframe, Consultoria e Formação, Lda
Travessa dos Capuchinhos, 61, Bloco A, 2C
2400-519 Leiria - Portugal
www.logframe.pt

ÍNDICE

ÍNDICE	3
ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS	4
LISTA DE SIGLAS	6
NOTA INTRODUTÓRIA	7
SÍNTESE DIAGNÓSTICA	10
NOTA METODOLÓGICA	14
ANÁLISE DEMOGRÁFICA	18
EDUCAÇÃO	29
EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	38
PROTEÇÃO SOCIAL	46
SAÚDE	61
ACESSIBILIDADES	67
RESPOSTAS SOCIAIS E SERVIÇOS DIRIGIDOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE NO CONCELHO DA AMADORA	75
PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES E PISTAS PARA PLANEAMENTO FUTURO	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS	86

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 - Evolução da população residente no concelho da Amadora, por sexo, nos anos 2011 e 2021 (Nº)	18
Gráfico 2 - Evolução da população residente no concelho da Amadora, por grupo etário, nos anos 2011 e 2021 (Nº)	18
Gráfico 3 - Evolução dos Índices de Envelhecimento, Dependência de Idosos e Longevidade no concelho da Amadora, nos anos 2011 e 2021 (Nº)	19
Gráfico 4 - População residente no concelho da Amadora, com 5 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia (2021) (Nº)	21
Gráfico 5 - População residente no concelho da Amadora, com 5 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021) (Nº)	21
Gráfico 6 - População residente no concelho da Amadora, com 15 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2021) (Nº)	22
Gráfico 7 - Nº de alunos matriculados nos Agrupamentos de Escolas do Concelho, por nível de escolaridade e natureza do estabelecimento (ano letivo 2020/2021) (Nº)	28
Gráfico 8 - Nº de estabelecimentos de ensino no Concelho, por natureza do estabelecimento (ano letivo 2020/2021) (Nº)	29
Gráfico 9 - Crianças e Jovens residentes com NEE a frequentar Agrupamentos de Escolas do concelho da Amadora (ano letivo 2022/2023) (Nº)	30
Gráfico 10 - Evolução da taxa de desemprego no Concelho da Amadora (2011 e 2021) (%)	37
Gráfico 11 - Evolução do número de pessoas inscritas no Centro de Emprego da Amadora (2019 a 2022) (Nº)	38
Gráfico 12 - População inativa segundo os Censos, por condição perante o trabalho	39
Gráfico 13 - Taxa de emprego de pessoas com e sem deficiência e/ou incapacidade no Concelho da Amadora (dez. 2022) (%)	41
Gráfico 14 - Evolução do Nº de Beneficiários de Subsídios destinados a agregados com filhos com deficiência ou incapacidade, por sexo (2022) (Nº)	48
Gráfico 15 - Evolução do Nº de Beneficiários da Prestação Social de Inclusão, por sexo (2019 a 2021) (Nº)	49
Gráfico 16 - Evolução do Nº de Beneficiários da Prestação Social de Inclusão, por sexo (2019 a 2021) (Nº)	49
Gráfico 17 - Evolução do Nº de Beneficiários de Produtos de Apoio, por ano e por sexo (2020-2022) (Nº)	50
Gráfico 18 - Evolução do Nº de Beneficiários do Subsídio de Doença residentes no Concelho, por sexo (2020 a 2022) (Nº)	51

Gráfico 19 - Evolução do N° de Pensionistas Ativos residentes no Concelho, por sexo (2021)(N°)	53
Gráfico 20 - Edifícios do Concelho da Amadora, por estado de conservação (2021)(N)	67
Gráfico 21 - Edifícios do Concelho da Amadora, por número de pisos (2021)(N)	67
Gráfico 22 - Valor mediano das rendas por m2, de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, no concelho da Amadora, nos segundos semestres dos anos 2019, 2020, 2021 e 2022 (€)	68
Tabela 1 - População residente no concelho da Amadora, com pelo menos uma dificuldade, por sexo (2011 e 2021)(N°; %)	20
Tabela 2 - População residente no concelho da Amadora, com 15 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade, por fonte de rendimento (2021)	23
Tabela 3 - Número de crianças sinalizadas para a ELI, por motivo de sinalização (N°)	31
Tabela 4 - Caracterização das pessoas com deficiência e/ou incapacidade desempregadas inscritas no Centro de Emprego da Amadora (dez. 2022) (N°)	39
Tabela 5 - Evolução do N° de Beneficiários de Subsídios destinados a agregados com filhos com deficiência ou incapacidade, por prestação (2020 a 2022)(N°)	47
Tabela 6 - Evolução do N° de Pensionistas Ativos, por pensão, ano e regime (2016, 2020 e 2021)(N°)	52
Tabela 7 - Evolução do N° de Titulares de Complemento por Dependência, por sexo e grau de dependência (2020 a 2022)(N°)	54
Tabela 8 - N° de requerimentos de ECI entrados e deferidos e N° de Cuidadores com SACI deferido no Concelho (2021)(N°)	54
Figura 1 - Dados estatísticos dos Cuidados de Saúde Primários no Concelho (2023)(N°); N° de médicos e enfermeiros por 1000 habitantes (2021)(N°); N° de habitantes por médico (2021)(N°)	61
Figura 2 - Localização das respostas/serviços/projetos existentes no concelho, por freguesia e n° de entidades (N)	80

LISTA DE SIGLAS

ACES - Agrupamentos de Centros de Saúde

BI-CSP - Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários

CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CM - Câmara Municipal

DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

ELI - Equipa Local de Intervenção

INR - Instituto Nacional para a Reabilitação

ISS, I.P. - Instituto da Segurança Social, Instituto Público

NEE - Necessidades Educativas Especiais

ODDH - Observatório da Deficiência e Direitos Humanos

RSI - Rendimento Social de Inserção

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SNIPi - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

UCC - Unidade Cuidado na Comunidade

UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Partilhados

USF - Unidade de Saúde familiar

NOTA INTRODUTÓRIA

O Diagnóstico que se apresenta é parte integrante de um processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio desencadeado pela Rede Social da Amadora. Destaca-se o carácter pioneiro deste processo de diagnóstico a nível nacional, ao procurar sistematizar dados específicos na área da deficiência e incapacidade e autonomizá-los de um processo de diagnóstico social mais amplo.

Este diagnóstico constitui-se, assim, como um instrumento de planeamento, partindo de um conhecimento mais aprofundado e abrangente da realidade das pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade que residem no Concelho da Amadora.

Um diagnóstico social é, pela sua natureza dinâmica, um documento que não encerra um processo, mas antes é desencadeador de outros, devendo estar permanentemente aberto a novos contributos e atualizações, com vista a uma atuação eficaz face à realidade do território. Não obstante, perante os principais constrangimentos e vulnerabilidades do território, em particular da população com deficiência e/ou incapacidade, torna-se relevante produzir, periodicamente, “pontos de situação” que diagnostiquem e materializem os processos de levantamento de problemas e necessidades. O presente documento constitui, precisamente, a concretização deste processo.

A abordagem metodológica utilizada valorizou a experiência daqueles que mais próximo estão dos problemas e que os vivem (pessoas com deficiência e incapacidade e famílias), assim como das instituições locais e os seus técnicos/as, num processo assente em métodos participativos que permitiram a recolha das perceções de diferentes atores chave, e no cruzamento desta informação com um leque alargado de indicadores recolhidos junto de entidades de referência, bem como de fontes oficiais (Instituto Nacional de Estatística ou outros órgãos da administração pública). Neste processo é de destacar a dificuldade de caracterizar a população com deficiência quanto ao tipo e grau de deficiência, devido à alteração da abordagem sobre Deficiência e Incapacidade a partir do processo censitário de 2011.

Com este documento pretende-se que o Município da Amadora e as entidades parceiras da Rede Social da Amadora passem a ter: i) um diagnóstico que permita um conhecimento mais profundo da realidade da população com deficiência ou incapacidade do Concelho, resultado da reflexão e participação dos *stakeholders* locais e onde todos se revejam; ii) um instrumento de suporte ao planeamento futuro, que proporcione clareza estratégica quanto à intervenção a seguir para uma resposta mais

adequada às necessidades deste grupo populacional; iii) um instrumento que possa servir de referência a todas as entidades que direta, ou indiretamente, desenvolvem a sua ação nesta área e que permita potenciar e maximizar o aproveitamento das oportunidades de financiamento e apoio para projetos/candidaturas a programas/medidas e respostas nesta área.

A hand holding a magnifying glass over a landscape with autumn trees. The magnifying glass is held in the foreground, and the background shows a blurred view of trees with orange and yellow leaves. The text is overlaid on a white rectangular area in the center of the image.

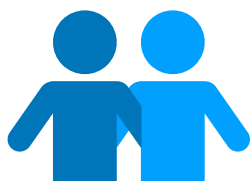
SÍNTESE DIAGNÓSTICA

SÍNTESE DIAGNÓSTICA

Um diagnóstico social na área da Deficiência e Incapacidade pretende fornecer um conjunto de informações relevantes que facilitem a clareza estratégica para o percurso de desenvolvimento social de cada Concelho no que respeita à intervenção neste domínio.

Neste sentido, as informações que poderão ser consultadas com maior detalhe nos diferentes capítulos do documento, dão conta de dados, que ainda que não sejam absolutamente novos, são significativos para compreender a realidade social desta população no Concelho da Amadora.

Começamos por apresentar uma síntese das principais conclusões resultantes da análise dos dados recolhidos, as quais pretendem contribuir para o processo de planeamento futuro.



Do ponto de vista **demográfico** salienta-se o facto da Amadora ser o Concelho do país com maior densidade populacional, embora se registe um decréscimo populacional. Ainda assim, verifica-se um aumento das pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. Em linha com este dado está o aumento dos índices de Envelhecimento, de Dependência de Idosos e de Longevidade entre 2011 e 2021. Embora não existam dados estatísticos atualizados, estima-se que a tendência será de aumento da população idosa com deficiência.



No que se refere à **população com deficiência e incapacidade residente no Concelho**, os dados estatísticos disponíveis não permitem efetuar a caracterização deste grupo quanto ao tipo e grau de deficiência que apresentam. Destaca-se, no entanto, que em 2021 existiam 68.938 pessoas com pelo menos uma dificuldade, a residir no concelho da Amadora, na sua maioria mulheres e com idade igual ou superior a 50 anos, referindo como principais dificuldades a visão, memória ou concentração e mobilidade. É ao nível do auto-cuidado, mobilidade e memória que é referida a impossibilidade de efetuar a ação.



No que se refere à área da **Educação**, salienta-se o número reduzido de jardins de infância da rede escolar pública e a dificuldade percecionada pelos atores quanto à integração escolar dos jovens com deficiência e incapacidade após a escolaridade obrigatória.

Ao nível da Intervenção Precoce, tem-se registado um aumento do número de sinalizações, na sua maioria por atrasos de desenvolvimento, em particular por perturbações relacionadas com a relação e comunicação. Os recursos humanos especializados para apoio às crianças e jovens com NEE são percecionados como insuficientes.



Na área do **Emprego e Formação Profissional** destaca-se a diminuição da taxa de desemprego no Concelho e do número de desempregados inscritos no Centro de Emprego, entre 2020 e 2022. As pessoas com deficiência e/ou incapacidade representam 2,7% do total de pessoas inscritas, tendo na sua maioria entre 35 e 54 anos, com habilitações académicas igual ou acima do 3º ciclo, em situação de desemprego há mais de 1 ano e à procura de novo emprego.

A disparidade da taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência é reduzida, contudo são percecionadas desigualdades no acesso ao mercado de trabalho no concelho.



No que se refere à **proteção social**, verifica-se situações de fragilidade económica de famílias residentes no Concelho, expressa no aumento do número de beneficiários do RSI e Abono de Família. Dados a nível nacional dão conta de um maior risco de pobreza e exclusão em agregados com pessoas com deficiência.

De forma geral, regista-se uma diminuição (ou manutenção) na atribuição de subsídios disponíveis para as famílias com filhos com deficiência e incapacidade, existindo um aumento das atribuições do Complemento por Dependência, Prestação Social para a Inclusão e Produtos de Apoio.



Na área da **Saúde**, destaca-se o facto da área de abrangência do ACES Amadora ser muito alargada, colocando constrangimentos no acesso aos cuidados de saúde. Apesar de verificarem melhorias em relação ao número de profissionais de saúde disponíveis, o rácio de habitantes por médico, em 2021, era ainda elevado.

Serviços de Saúde e profissionais de saúde percecionados como pouco informados e sensibilizados para as necessidades específicas das pessoas com deficiência e incapacidade.



No que se refere às **Acessibilidades**, são percecionadas situações de dificuldade de acesso a serviços e de maior isolamento das pessoas com deficiência e incapacidade, devido i) existência de edifícios de habitação pouco adaptados às suas necessidades, ii) barreiras arquitetónicas na via pública, e iii) insuficiente resposta de transporte adaptado. O acesso à habitação a custos controlados constitui outra dificuldade.

Existe a perceção de uma baixa literacia das pessoas com deficiência e suas famílias sobre os seus direitos e de falta de informação sobre a realidade desta população por parte dos profissionais e decisores políticos.

No âmbito dos *workshops* de diagnóstico realizados com os profissionais com atuação na área, pessoas com deficiência e incapacidade e famílias, foi efetuado um exercício de priorização das áreas prioritárias de intervenção, que se apresentam de seguida:

1^a

PROTEÇÃO SOCIAL

Foi considerada a área prioritária, na medida em que os apoios e respostas sociais disponibilizados garantem, em muitos dos casos, resposta a necessidades básicas. Sem estas necessidades asseguradas, torna-se mais difícil intervir noutras áreas.

2^a

ACESSIBILIDADES

A mobilidade e acesso a informação de forma igualitária aos demais foi considerado como prioritário na intervenção com esta população, por ser considerado que é garante do exercício pleno dos seus direitos e de um processo de inclusão mais efetivo.

3^a

SAÚDE

Face às especificidades da população com deficiência e incapacidade, que necessitam de apoio médico e terapêutico regular, a área da saúde foi considerada como fundamental tendo em conta a melhoria da sua qualidade de vida.

NOTA METODOLÓGICA

Tendo como objetivo principal aumentar o conhecimento e qualificar a informação disponível sobre a realidade da população com deficiência e/ou incapacidade na Amadora, a abordagem metodológica utilizada neste processo de Diagnóstico foi estruturada com base num conjunto de princípios e pressupostos bem definidos, assumindo como elementos centrais na estratégia metodológica a participação e envolvimento dos *stakeholders* relevantes, bem como a produção de uma análise síntese dos principais dados de diagnóstico.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Para além dos pressupostos inerentes ao trabalho da equipa da Logframe, a estratégia metodológica contemplou um conjunto de princípios fundamentais:

- Diversidade de atores com atuação na área da deficiência e incapacidade no Concelho da Amadora;
- Processo de consulta participativo que abrangeu entidades/profissionais, mas também pessoas com deficiência e/ou incapacidade e famílias residentes no Concelho;
- Utilização de metodologias mistas (questionário e *workshops*);
- Abordagem quantitativa dos dados estatísticos obtidos em complementaridade com abordagem qualitativa das perceções recolhidas.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A estratégia metodológica utilizada foi concebida e executada em torno de três tipos de informação distintas e complementares entre si: os dados estatísticos oficiais, relativos a indicadores sobre dimensões que são abordadas e aprofundadas no presente documento; as perceções de profissionais que trabalham, direta ou indiretamente, na área da deficiência/incapacidade na Amadora; e as perceções de pessoas com deficiência e/ou incapacidade e famílias residentes no Concelho.

O processo de construção deste Diagnóstico contou assim, com o contributo de um conjunto diversificado de atores que possibilitou a obtenção de informações relevantes

permitindo uma leitura mais aprofundada e mais adequada à realidade específica do Concelho.

A recolha e produção desta informação seguiu uma sequência de cinco etapas distintas, tal como a figura representa:



Num primeiro momento foi realizada a análise de documentos de referência já existentes sobre a realidade concelhia e efetuado um levantamento de dados estatísticos oficiais de caracterização e de informações específicas junto de diversas entidades chave do território, o que permitiu obter informação detalhada e produzida localmente que não se encontra disponível nos dados oficiais já publicados.

Num segundo momento, procedeu-se à aplicação de um questionário *online* dirigido a entidades locais com atuação na área, no qual puderam identificar os principais problemas/necessidades, assim como os recursos existentes no território (foram obtidas 5 respostas).

Num terceiro momento, foram realizados 2 *workshops* de diagnóstico com atores locais: um com profissionais/técnicos com intervenção na área da deficiência e incapacidade no Concelho (num total de 10 participantes), e outro com pessoas com deficiência e incapacidade e famílias residentes no Concelho (num total de 8 participantes). Nestes momentos foram identificados problemas/necessidades e potencialidades do território, assim como áreas prioritárias de intervenção.

Por fim, após a recolha dos dados foi feita a sua interpretação e análise, resultando de uma abordagem de complementaridade e triangulação de perspetivas entre informações de natureza distintas, o que possibilitou a caracterização do território da Amadora no que respeita à área da deficiência e incapacidade, assim como a identificação de pistas de intervenção que poderão constituir-se como base para processos de planeamento futuro.

Enquanto limitações sentidas na análise da informação, destaca-se a alteração da abordagem sobre Deficiência e Incapacidade a partir do processo censitário de 2011, que impossibilita a caracterização e diferenciação da população quanto ao tipo e grau de deficiência. Para além deste aspeto, que em muito afeta o processo de diagnóstico desta população no Concelho, nalgumas das dimensões de análise existem, ainda, poucos dados estatísticos sistematizados que permitam retratar o território de forma aprofundada.



ANÁLISE DEMOGRÁFICA

ANÁLISE DEMOGRÁFICA

Quais as principais características das pessoas com deficiência e/ou incapacidade que residem no Concelho da Amadora?

Neste capítulo pretende-se enquadrar demograficamente o presente diagnóstico, a partir de alguns indicadores que permitem caracterizar a dinâmica demográfica do Concelho da Amadora. Considera-se que estes dados poderão contribuir para uma melhor compreensão da realidade da população residente no Concelho com deficiência e/ou incapacidade.

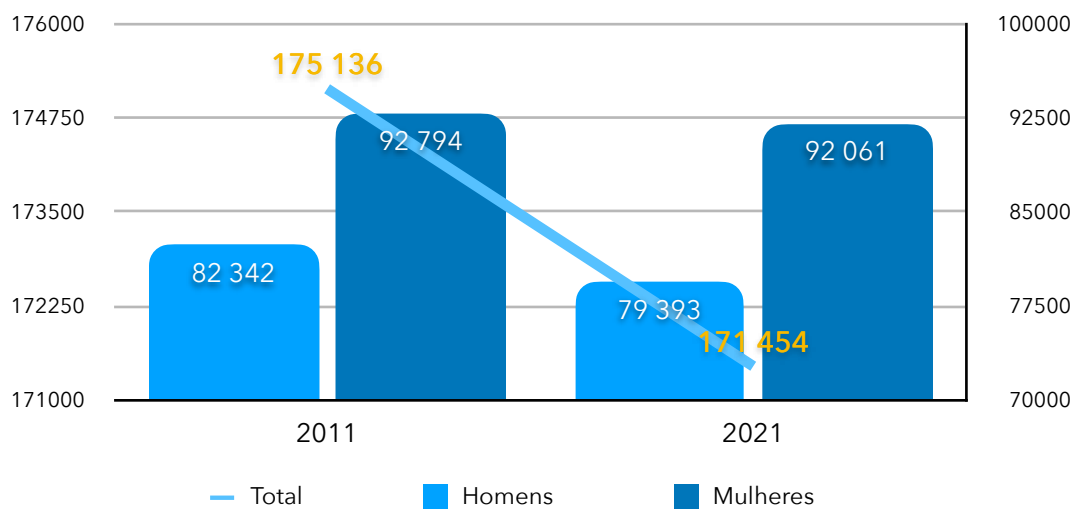
DEMOGRAFIA

Iniciando por uma caracterização mais geral, é de destacar o facto da Amadora ser o Concelho do país com o maior número médio de indivíduos por km² (n=7210), apresentando, no entanto, um decréscimo anual médio da população residente em 2021 (-0,2%) (INE, PORDATA, 2021).

Em 2021 residiam no Concelho da Amadora 171.454 pessoas, das quais 53,7% mulheres (92.061) e 46,3% homens (79.393).

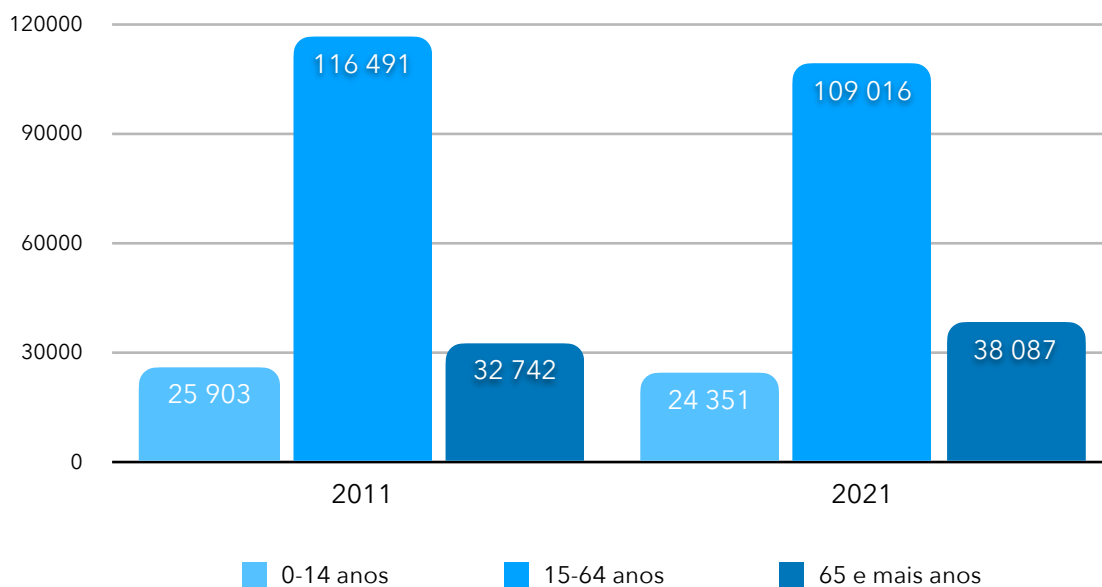
Amadora é o 11º Concelho de Portugal e o 7º Concelho da Área Metropolitana de Lisboa com maior número de residentes. No entanto, na última década tem-se verificado uma tendência de decréscimo da população residente (de -6,4%), mais notória no sexo masculino e no grupo etário entre os 15 e os 64 anos (mesmo sendo o grupo etário com maior representatividade).

Gráfico 1 - Evolução da população residente no concelho da Amadora, por sexo, nos anos 2011 e 2021 (Nº)



Fonte: PORDATA, 2021

Gráfico 2 - Evolução da população residente no concelho da Amadora, por grupo etário, nos anos 2011 e 2021 (Nº)

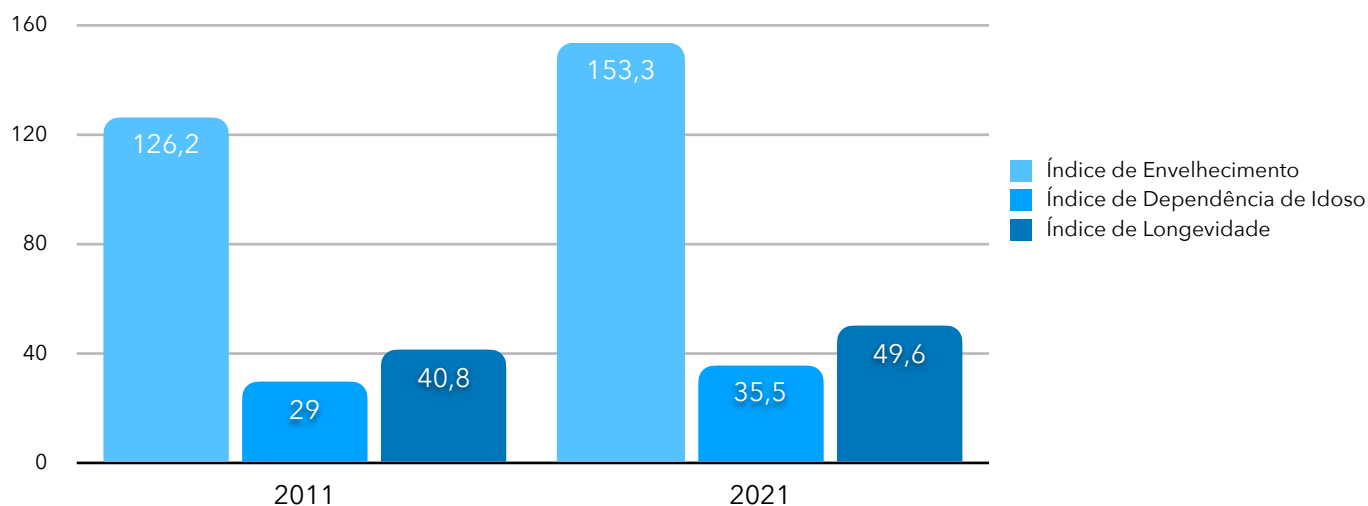


Fonte: PORDATA, 2021

No que respeita ao grupo etário que compreende as crianças e os jovens (0-14 anos), também se registou uma diminuição do número de residentes, embora menos acentuada. O grupo etário referente às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos é o único que, na última década, regista um aumento. Entre 2011 e 2021 verificou-se um aumento de 5343 pessoas com mais de 65 anos de idade no Concelho (correspondente a um aumento de 16,3% do respetivo grupo etário).

A tendência de envelhecimento da população é reforçada pelo aumento acima dos 20% dos Índices de Envelhecimento e de Longevidade no Concelho da Amadora, entre 2011 e 2021. Salienta-se, ainda, que em 2021 o Índice de Dependência de Idosos no Concelho era de 35,5, correspondendo a um aumento de 21,5% face ao ano de 2011.

Gráfico 3 - Evolução dos Índices de Envelhecimento, Dependência de Idosos e Longevidade no concelho da Amadora, nos anos 2011 e 2021 (Nº)



Fonte: INE, 2023 (Estimativas Provisórias de População Residente)

Embora não existam dados estatísticos atuais específicos sobre o índice de envelhecimento da população com deficiência e incapacidade, o aumento da esperança média de vida e da qualidade de vida das pessoas com deficiência, pela melhoria dos cuidados de saúde e dos processos de reabilitação, faz antever a mesma tendência envelhecimento da população em geral. Dados de 2002 já indicavam que, entre a população com deficiência o índice de envelhecimento era cerca de 5,5 vezes superior ao da população total¹. Estes dados alinham-se com o relatório da Organização Mundial de Saúde (2015), que antevê o aumento da população idosa com deficiência.

¹ Por cada jovem com deficiência existiam 5,5 idosos nas mesmas condições

POPULAÇÃO RESIDENTE COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

Importa referir que o processo de recolha de informação relativa à população com deficiência sofreu alterações face ao processo censitário de 2001. A abordagem sobre Deficiência e Incapacidade adotada nos Censos 2011 e 2021 passou a assumir as definições da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), e nesse sentido, entende-se por “deficiência” o estado da pessoa face às alterações ou anomalias das estruturas e funções do corpo, incluindo as funções mentais. O termo “incapacidade” reporta-se aos diferentes níveis de limitações funcionais relacionados com a pessoa e com o seu meio ambiente (englobando deficiências, limitações na atividade e restrições de participação).

Desta forma, a partir dos Censos 2011, a aferição dos tipos de deficiência passou a ser realizada através de dimensões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender), deixando de ser diferenciado o tipo de deficiência, assim como o seu grau, motivo pelo qual essa caracterização não é realizada neste diagnóstico.

Analisando os dados disponibilizados neste âmbito, verifica-se um aumento significativo da proporção da população residente no Concelho, com 5 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade na última década (15,8% em 2011 e 42,2% em 2021).

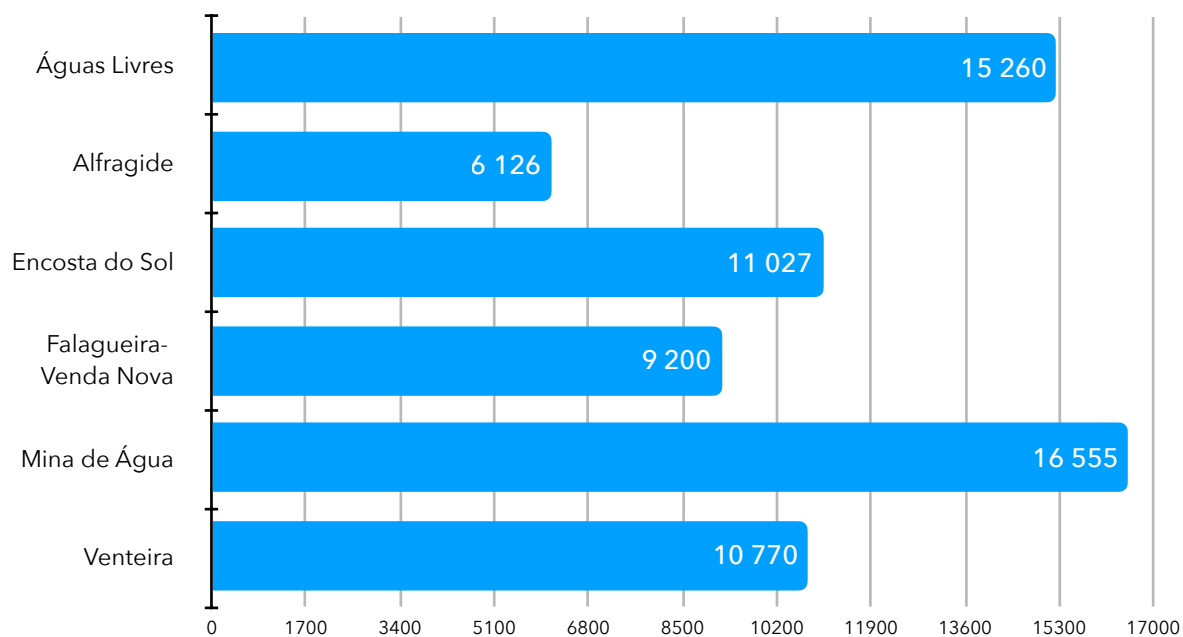
Tabela 1 - População residente no concelho da Amadora, com pelo menos uma dificuldade, por sexo (2011 e 2021) (Nº; %)

Ano	População residente com pelo menos uma dificuldade			Proporção da população com pelo menos uma dificuldade
	Total	Homens	Mulheres	
2011	26 297	9 913	16 384	15,8%
2021	68 938	27 769	41 169	42,2%

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

No ano de 2021, cerca de 68.938 residentes no concelho da Amadora referiram ter pelo menos uma das dificuldades acima enumeradas, destacando-se as freguesias de Mina de Água (24%) e Águas Livres (22,1%) com maior percentagem de residentes com dificuldades.

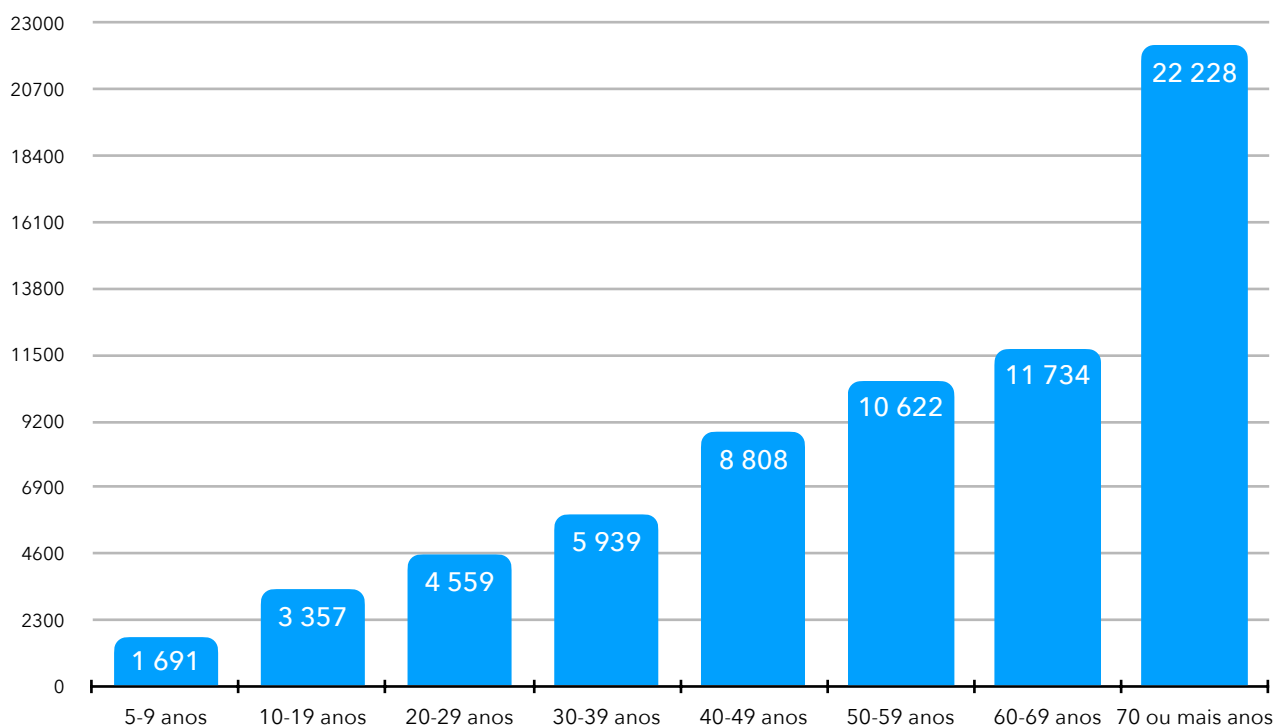
Gráfico 4 - População residente no concelho da Amadora, com 5 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia (2021) (Nº)



Fonte: INE, Censos 2021

A análise de perfil revela que na sua maioria são mulheres (59,7%) e com idade igual ou superior a 50 anos (64,7%). A observação do gráfico 5 permite identificar que à medida que a idade avança o número de pessoas com pelo menos uma dificuldade aumenta, sendo mais acentuado nas idades mais avançadas.

Gráfico 5 - População residente no concelho da Amadora, com 5 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021) (Nº)

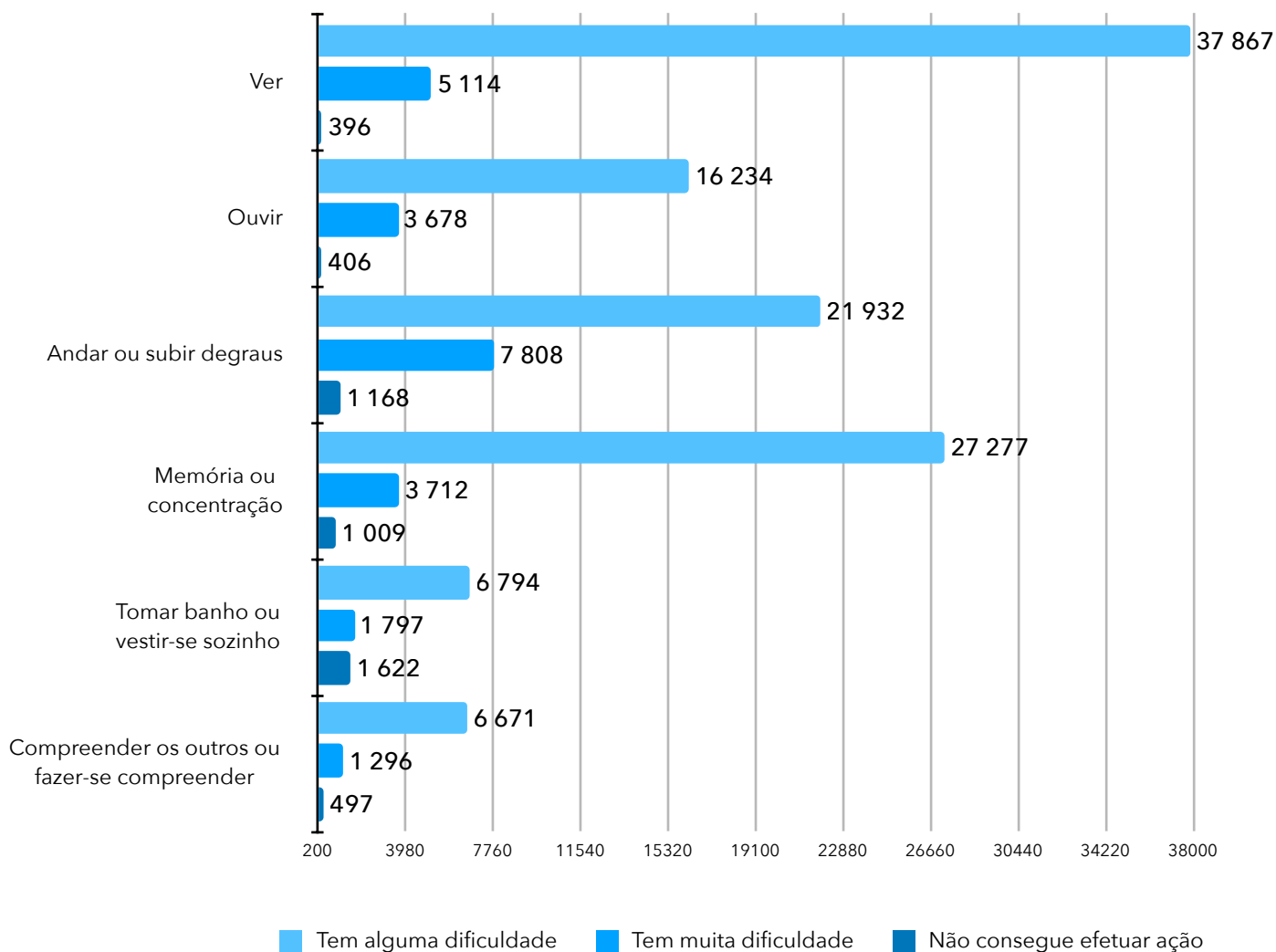


Fonte: INE, Censos 2021

Identificando os principais tipos de dificuldades sentidas, as dificuldades de visão e memória ou concentração são as reportadas em maior número, seguidas das dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus) e de audição.

Relativamente ao grau de dificuldade em executar as ações referidas, são as questões relativas ao auto cuidado (tomar banho ou vestir-se sozinho), à mobilidade e à memória as que são identificadas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportaram.

Gráfico 6 - População residente no concelho da Amadora, com 15 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2021) (Nº)



Fonte: INE, Censos 2021

No que concerne à principal fonte de rendimento, a grande maioria das pessoas que reportaram ter pelo menos uma dificuldade encontravam-se reformadas, a receber pensão (43,9%) ou encontravam-se a trabalhar (38,2%). De destacar que as pessoas que se encontravam a cargo da família (8,8%) surgem logo a seguir.

Tabela 2 - População residente no concelho da Amadora, com 15 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade, por fonte de rendimento (2021)

	População residente com pelo menos uma dificuldade	
	Nº	%
Total	65 625	100
Trabalho	25 051	38,2
Reforma/Pensão	28 791	43,9
Subsídio de desemprego	1528	2,3
Rendimento Social de Inserção	937	1,4
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc)	860	1,3
Rendimento da propriedade ou de empresa	364	0,6
A cargo da família	5803	8,8
Outra situação	2291	3,5

Fonte: INE, Censos 2021



PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Amadora é o Concelho do país com maior densidade populacional, apesar de apresentar um decréscimo populacional (-0,2%).
- ▶ À semelhança da realidade nacional, o número de pessoas com 65 e mais anos tem vindo a aumentar no Concelho, deixando antecipar o aumento do número de pessoas com eventuais incapacidades.
- ▶ Aumento dos Índices de Envelhecimento, de Dependência de Idosos e de Longevidade da população do Concelho, entre 2011 e 2021. Embora não existam dados estatísticos específicos atualizados sobre o índice de envelhecimento da população com deficiência e incapacidade, estima-se que a tendência será o aumento da população idosa com deficiência.
- ▶ A alteração da abordagem sobre Deficiência e Incapacidade nos processos censitários desde 2011 não permite caracterizar e diferenciar este grupo populacional a partir do tipo e grau de deficiência que apresentam.
- ▶ No ano de 2021, existiam 68.938 pessoas com pelo menos uma dificuldade, a residir no concelho da Amadora, em particular nas freguesias de Mina de Água e Águas Livres.
- ▶ As pessoas que reportaram ter pelo menos uma dificuldade são na sua maioria mulheres e com idade igual ou superior a 50 anos.
- ▶ O número de pessoas que reportaram ter pelo menos uma dificuldade aumenta em razão da idade, sendo mais prevalente nas idades mais avançadas.
- ▶ As dificuldades de visão, memória ou concentração e de mobilidade foram as referidas em maior número, sendo ao nível do auto-cuidado, da mobilidade e da memória que são reportadas dificuldades com grau de dificuldade mais avançado ('não consegue efetuar a ação').

- ▶ A maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade encontrava-se reformada ou a trabalhar. Embora com uma percentagem muito menor, a pessoas a cargo da família surge como a terceira fonte de rendimento.



OS DESAFIOS E PISTAS DE INTERVENÇÃO...

- ▶ Investir na criação de instrumentos de registo e sistema de monitorização de indicadores estatísticos relevantes para a caracterização mais aprofundada da realidade da população com deficiência e incapacidade no Concelho, que suporte o planeamento estratégico, através por exemplo da criação de um Observatório Local na área da Deficiência e Incapacidade.



EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

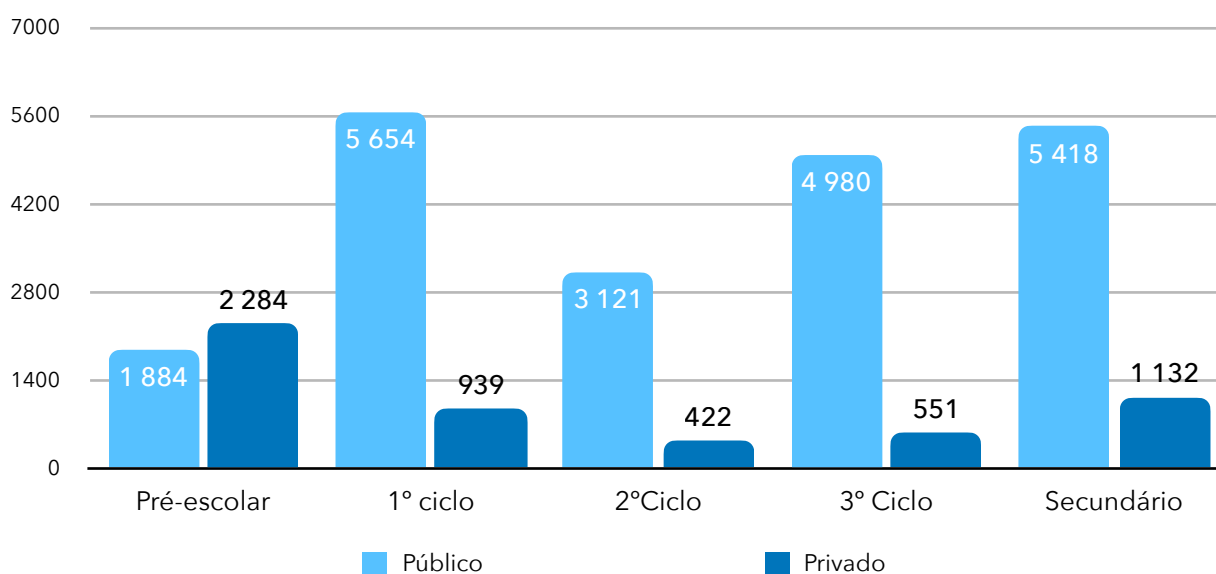
Como se caracteriza a situação de educação no Concelho, no que respeita às crianças e jovens com necessidades educativas especiais?

Neste capítulo apresentam-se os principais dados e tendências no Concelho no que se refere à área da educação.

Iniciando por um olhar mais global, dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência indicam que, no ano letivo de 2020/2021, existia um total de 26.385 alunos matriculados nos Agrupamentos de Escolas do Concelho (ensino público), destacando-se o 1º e 3º ciclo do ensino básico, assim como o ensino secundário, como os níveis de ensino com mais alunos.

Como se observa, o número de crianças e jovens matriculadas em estabelecimentos públicos é superior ao número de crianças e jovens matriculadas em estabelecimentos privados de ensino em todos os níveis de ensino. Destaca-se, no entanto, o facto de ser no pré-escolar que os estabelecimentos privados apresentavam maior número de crianças matriculadas.

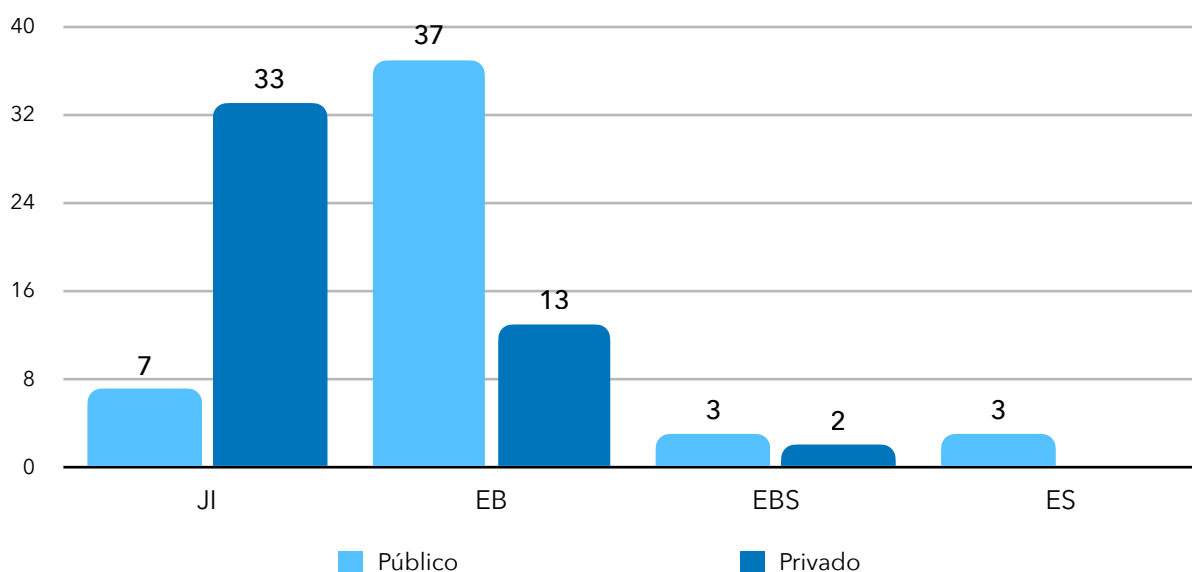
Gráfico 7 - N° de alunos matriculados nos Agrupamentos de Escolas do Concelho, por nível de escolaridade e natureza do estabelecimento (ano letivo 2021/2022) (N°)



Fonte: *Dashboard* Educação em Números, DGEEC, 2023

No que respeita aos equipamentos disponíveis, dados da DGEEC indicam que no mesmo ano letivo, existiam no Concelho da Amadora 100 estabelecimentos de ensino, 50 públicos e 50 de carácter privado. Relativamente à rede escolar pública, existiam 7 Jardins de Infância, 37 escolas de Ensino Básico, 3 de Ensino Básico e Secundário e 3 de Ensino Secundário².

Gráfico 8 - N° de estabelecimentos de ensino no Concelho, por natureza do estabelecimento (ano letivo 2021/2022) (N°)

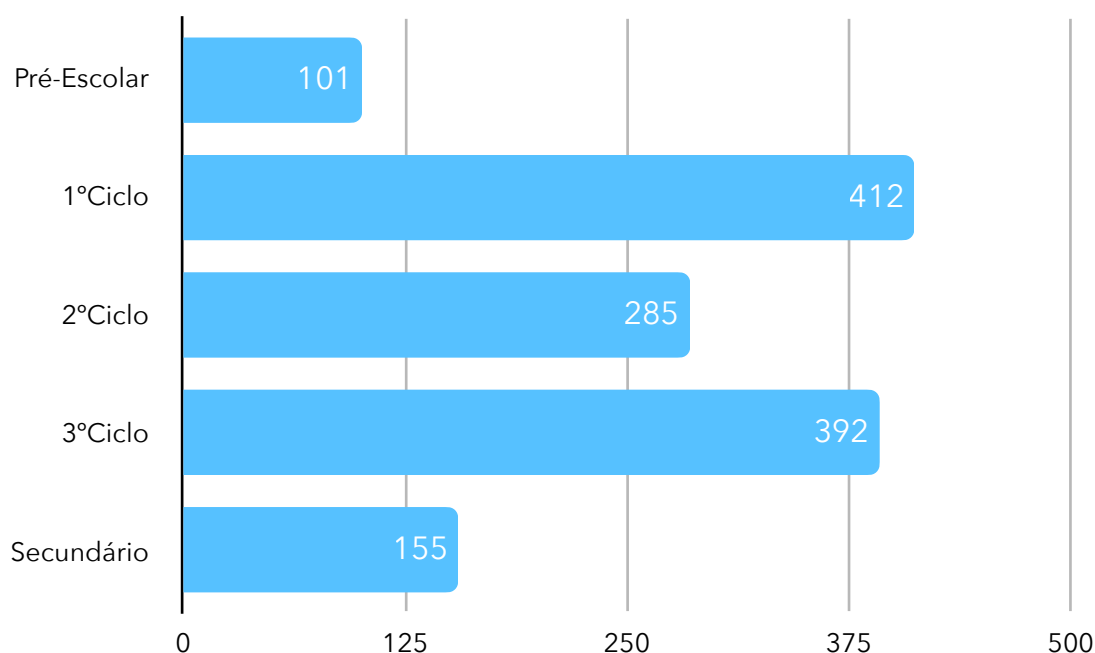


Fonte: *Dashboard* Educação em Números, DGEEC, 2023

Relativamente às crianças e jovens com necessidades educativas especiais (NEE) a frequentar os Agrupamentos de Escolas do Concelho, existiam no ano letivo de 2022/2023, 1345 crianças e jovens matriculados, na sua maioria entre o 1º e o 3º ciclo de escolaridade (81%), como o gráfico 8 mostra.

² Tipologias dos estabelecimentos de ensino de acordo com o Decreto-lei n.º 299/2007 de 22 de agosto: JI - Jardim de Infância; EB - Escola básica; ES - Escola secundária; EBS - Escola básica e secundária (DGEEC)

Gráfico 9 - Crianças e Jovens residentes com NEE a frequentar Agrupamentos de Escolas do concelho da Amadora (ano letivo 2022/2023) (Nº)



Fonte: Central de Matrículas, 2023

Do ponto de vista da **intervenção precoce**, destina-se a crianças dos 0 aos 6 anos, sinalizadas por atraso de desenvolvimento (Grupo 1) ou risco grave de atraso de desenvolvimento (Grupo 2). Estes grupos, que refletem os critérios de elegibilidade no âmbito do SNIPI (DL 282/2009), são subdivididos em diversas áreas, nomeadamente:

- Grupo 1 - Alterações nas funções ou estruturas do corpo
 - 1.1 Atrasos de desenvolvimento sem etiologia conhecida
 - 1.2 Atrasos de desenvolvimento por condições específicas
- Grupo 2 - Risco grave de atraso de desenvolvimento
 - 2.1 Fatores de risco biológico
 - 2.1 Fatores de risco parentais e/ou contextual

De acordo com a Equipa Local de Intervenção (ELI), muitas crianças são sinalizadas ainda sem diagnóstico definido e algumas com várias áreas ou itens, nomeadamente do grupo 1 concomitantemente com o grupo 2.

A informação recolhida junto da equipa da ELI aponta para um aumento do número de referenciações nos últimos anos, não existindo profissionais/técnicos em número

suficiente para dar resposta ao número de sinalizações existentes. É referido o facto de existir lista de espera atualmente, tendo sido definido como critério de prioridade o facto da criança não beneficiar de nenhum apoio. Por outro lado, é também assinalada a dificuldade da equipa de docentes afeta a esta equipa ser muito rotativa e o facto da maioria não ter formação específica em intervenção precoce, o que dificulta a intervenção.

Como se observa na tabela, em 2021, encontravam-se a ser acompanhadas pela ELI 410 crianças dos 0-6 anos, na sua maioria sinalizadas por atrasos de desenvolvimento (n=350), correspondendo a 85,4% dos casos.

Tabela 3 - Número de crianças sinalizadas para a ELI, por motivo de sinalização (Nº)

Crianças sinalizadas por atrasos de desenvolvimento (Grupo 1)			
1.1. Atrasos de desenvolvimento sem etiologia conhecida		Grupo 1/1.1 associado ao Grupo 2	Total
Área motora	8	11	19
Área linguagem/comunicação	85	6	91
+ de 1 área do desenvolvimento	111	40	151
Total	204	57	261
1.2 Atrasos de desenvolvimento por condições específicas		Grupo 1/1.2 associado ao Grupo 2	Total
Anomalias cromossómica (T21 e outras)	14	2	16
Perturbações Neurológicas (Paralisia Cerebral e outras)	15	10	25
Malformações congénitas	7	1	4
Défices sensoriais	8	1	9
Desenvolvimento atípico com alterações da relação e comunicação (PEA e outras)	102	3	105
Total	146	17	163
Crianças sinalizadas por risco grave de atraso de desenvolvimento (Grupo 2)			
2.1 Fatores de risco biológico			
Prematuridade			17
Outros			6
Total			23
Grupo 2/2.1 associado ao Grupo 1			

Crianças sinalizadas por atrasos de desenvolvimento (Grupo 1)	
Prematuridade	34
Outros	10
Total	44
Grupo 2/2.2 associado ao Grupo 1	
Isolamento / Pobreza	21
Desorganização familiar	8
Outros	8
Total	37

Fonte: ELI, 2023 (dados referentes à intervenção realizada em 2021)

Neste âmbito, destacam-se as sinalizações relacionadas com atrasos na área da linguagem/comunicação (n=85) e atrasos de desenvolvimento atípicos com alterações da relação e comunicação (n=102). De acordo com a equipa ELI estes dados evidenciam os impactos da pandemia ao nível da estimulação, sendo mais comuns as perturbações da relação e comunicação.

Na voz dos atores...

- Escolas com falta de recursos humanos especializados para acompanhar e dar resposta efetiva às necessidades dos alunos com NEE, nomeadamente professores de educação especial e técnicos especializados na área.
- Famílias com recursos económicos baixos, dificultando a procura de apoio/acompanhamento educativo especializado alternativo no privado (face à dificuldade de resposta dos serviços públicos).
- Dificuldade de integração de crianças com menos de 5 anos em creche/JI, devido ao número reduzido de salas pré-escolar e de vagas nas creches da rede solidária.
- Dificuldade de integração escolar, após a escolaridade obrigatória (18 anos), pela falta de respostas de enquadramento destes jovens no Concelho.

Fonte: Entrevista, *Workshops* e Questionário, 2023



PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Número reduzido de estabelecimentos públicos de Jardim de Infância no Concelho, levando a dificuldade de integração de crianças com menos de 5 anos na rede escolar pública.
- ▶ Perceção de dificuldade de integração escolar dos jovens com deficiência e incapacidade após a escolaridade obrigatória, por falta de respostas/serviços neste âmbito.
- ▶ Crescente número de sinalizações para ELI.
- ▶ Maioria das crianças são sinalizadas para a ELI por atrasos de desenvolvimento, na sua maioria relacionados com perturbações da relação e da comunicação.
- ▶ Insuficiência dos recursos humanos especializados nas escolas dos Concelho, com impacto na capacidade de resposta aos pedidos, prejudicando o apoio e acompanhamento dos alunos com NEE.
- ▶ Perceção de que grande parte das famílias tem dificuldade em procurar apoios alternativos no privado, devido aos baixos recursos socioeconómicos.



OS RECURSOS E POTENCIALIDADES...

- ▶ No Concelho da Amadora são disponibilizadas um conjunto de **respostas educativas específicas** para a população com deficiência e/ou incapacidade, destacando-se:
 - ✓ Unidade de Ensino Estruturado (UEE): têm por objetivo promover a participação dos alunos com perturbações do espectro do autismo nas atividades curriculares e de enriquecimento curricular. Compete, ainda a estas unidades, proceder às adequações curriculares necessárias, organizar o processo de transição para a vida pós- escolar. Na Amadora existe uma UEE no Agrupamento de Escolas de Alfoanelos e uma no Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves.

- ✓ Unidades de Apoio Especializadas em Multideficiência (UAM): pretendem promover a participação dos alunos com multideficiência e surdo cegueira nas atividades curriculares e de enriquecimento curricular, e proceder às adequações curriculares necessárias, assegurar os apoios específicos ao nível das terapias, da psicologia e da orientação e mobilidade aos alunos que deles possam necessitar e organizar o processo de transição para a vida pós-escolar. O Concelho conta com a Unidade do Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires e do Agrupamento de Escolas da Damaia.
 - ✓ Centro de Recursos para a Inclusão (CRI): serviço especializado existente na comunidade, acreditado pelo Ministério da Educação, que apoiam e intensificam a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos. Na Amadora existem duas entidades acreditadas como CRI: CERCIAMA e Fundação AFID.
 - ✓ Centro de Recursos TIC para a Educação Especial (CRTI) sediado no Concelho, que visa a avaliação dos alunos com NEE de carácter permanente para fins de adequação das tecnologias de apoio às suas necessidades específicas, na informação/formação dos docentes, profissionais, auxiliares de educação e famílias sobre as problemáticas associadas aos diferentes domínios de deficiência ou incapacidade.
 - ✓ Unidade de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (UADI): serviço prestado pela Fundação AFID para bebés e crianças com necessidade de apoio médico e terapêutico por perturbações (ou preocupações) quanto ao desenvolvimento, tendo por base uma intervenção individualizada, precoce e integrada.
- ▶ No âmbito da **intervenção precoce existe a ELI da Amadora**, um serviço especializado e gratuito, cujos destinatários são crianças dos 0 aos 6 anos de idade, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como, crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento e respetivas famílias.

É de destacar o facto do Município da Amadora ter sido pioneiro no país ao coordenar a equipa de Intervenção Precoce.

- ▶ Facilidade de articulação entre entidades no âmbito da intervenção precoce.



OS DESAFIOS E PISTAS DE INTERVENÇÃO...

- ▶ Dar continuidade ao investimento em políticas locais que promovam a integração escolar e formativa das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, desde a creche à transição para a vida pós-escolar.
- ▶ Investir no estabelecimento de protocolos de colaboração, a nível local, com entidades/serviços privados que prestem serviços educativos especializados, com vista a uma resposta adequada e mais atempada às crianças e jovens que frequentam as escolas do Concelho.
- ▶ Apostar na criação de um modelo de intervenção local no âmbito da Educação Inclusiva, com definição de estratégias para os vários níveis de ensino (em linha com objetivo 1 do Eixo Estratégico 3 da ENIPD 2021-2025).
- ▶ Definir plano local para o reforço de recursos humanos especializados no acompanhamento das crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

A photograph of two women sitting at a dark wooden table outdoors. The woman on the left is wearing glasses and has long dark hair; she is looking down at an open book. The woman on the right is wearing a bright yellow long-sleeved shirt and is also looking at a book. The background is a blurred outdoor setting. A semi-transparent white rectangular box is overlaid in the center of the image, containing the title text.

EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

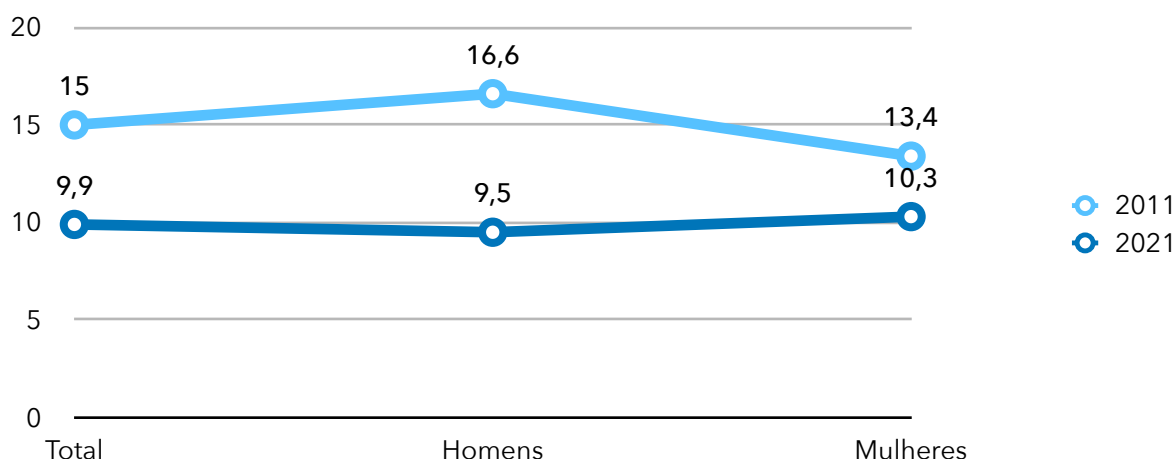
EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Como se caracteriza a situação de empregabilidade e de formação profissional da população com deficiência e ou incapacidade no Concelho?

Neste capítulo apresentam-se os principais dados relacionados com a situação profissional das pessoas com deficiência e/ou incapacidade no Concelho.

À semelhança do que acontece a nível nacional, os dados estatísticos relativos à realidade de desemprego no concelho da Amadora demonstram uma tendência de decréscimo da taxa de desemprego na última década (15% em 2011 e 9,9% em 2021), que se revela de forma mais acentuada no sexo masculino.

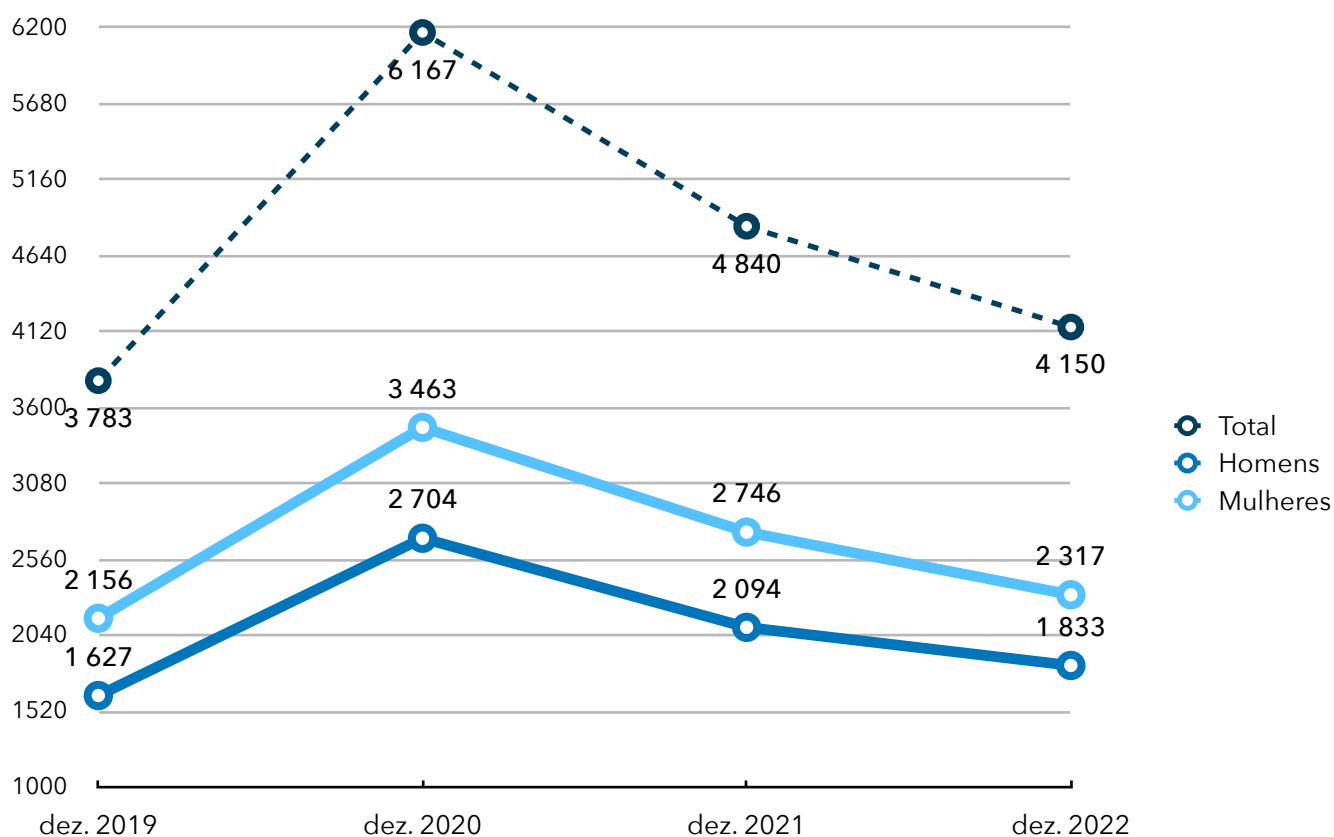
Gráfico 10 - Evolução da taxa de desemprego no Concelho da Amadora (2011 e 2021) (%)



Fonte: Pordata, 2023 (Censos 2011 e 2021)

Os dados sobre desemprego registados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional reforçam esta tendência. Com se observa no gráfico abaixo, em dezembro de 2022, existiam 4150 pessoas desempregadas inscritas no Centro de Emprego da Amadora, verificando-se um decréscimo face a dezembro de 2020 (-32,7%), mais acentuado no sexo feminino.

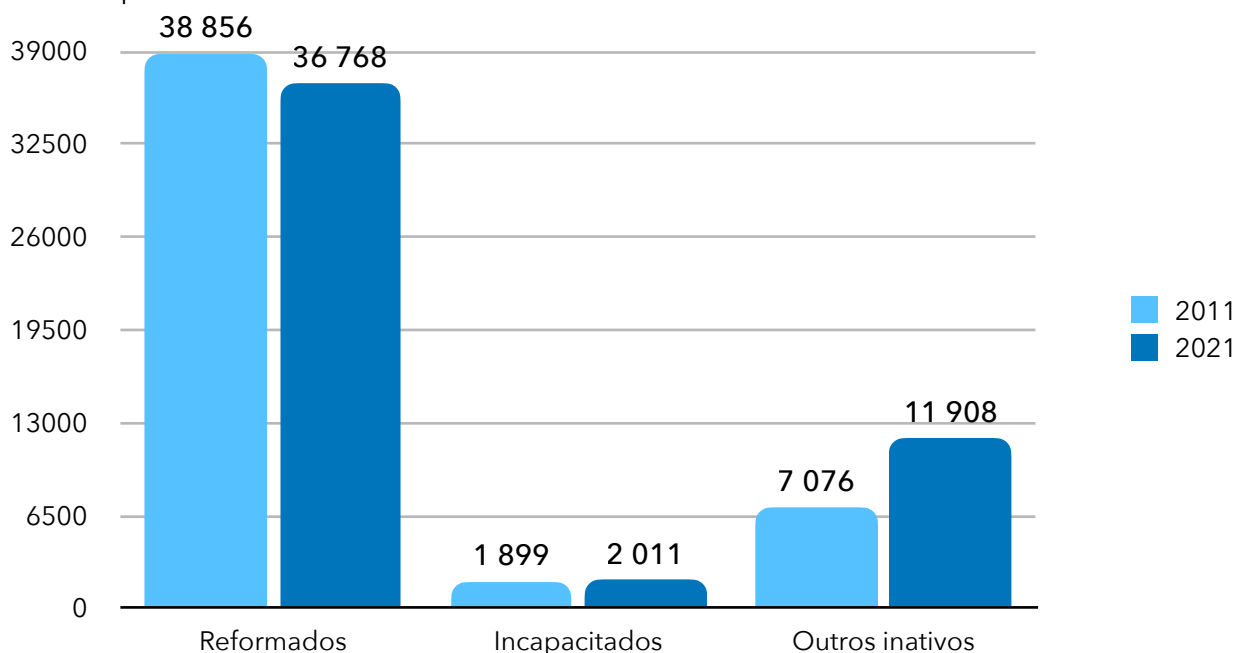
Gráfico 11 - Evolução do número de pessoas inscritas no Centro de Emprego da Amadora (2019 a 2022) (Nº)



Fonte: IEFP, 2022 (Centro de Emprego da Amadora; Informação Mensal do Mercado de Emprego 2019-2022)

No que concerne à população inativa, em 2021, o concelho apresentava uma percentagem de 43,9%, face ao total de residentes, na sua maioria reformados (57%) e uma minoria de incapacitados (3,1%). Os dados revelam um ligeiro aumento das pessoas inativas por incapacidade entre 2011 e 2021 (aumento de 5,9%).

Gráfico 12 - População inativa segundo os Censos, por condição perante o trabalho



Fonte: Pordata, 2023 (Censos 2011 e 2021)

Dados do IEFP revelam que entre as pessoas desempregadas inscritas no Centro de Emprego da Amadora em dezembro de 2022, 114 eram pessoas com deficiência e/ou incapacidade, correspondendo a 2,7% do total de inscritos.

A análise da tabela 4, mostra que a maioria das pessoas com deficiência registadas no Centro de Emprego eram adultos, entre os 35 e os 54 anos (51,8%), com habilitações académicas iguais ou acima do 3º ciclo (63,2%), estavam desempregadas há mais de 12 meses (53,5%) e à procura de um novo emprego (89,5%).

Tabela 4 - Caracterização das pessoas com deficiência e/ou incapacidade desempregadas inscritas no Centro de Emprego da Amadora (dez. 2022) (Nº)

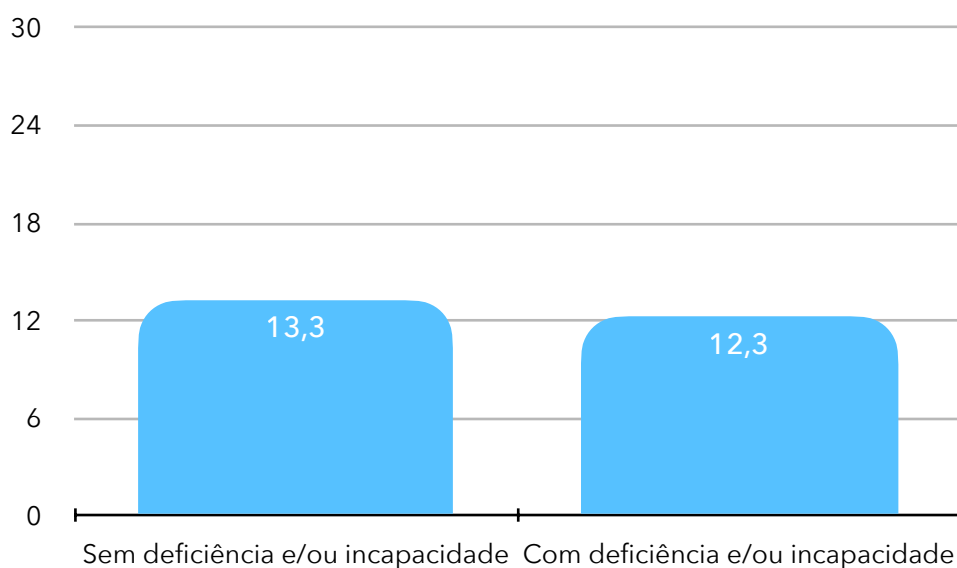
Sexo	N
Masculino	58
Feminino	56
Grupo Etário	N
< 25 anos	7
25 - 34 Anos	15

35 - 54 Anos	59
55 Anos e +	33
Habilitações Literárias	N
< 1º ciclo ensino básico	7
1º ciclo ensino básico	11
2º ciclo ensino básico	6
3º ciclo ensino básico	35
Ensino secundário	37
Ensino Superior	18
Tempo de Inscrição	N
< 1 ano	53
1 ano ou mais	61
Situação face à procura de emprego	N
1º Emprego	12
Novo emprego	102

Fonte: IEFP, 2022 (Centro de Emprego da Amadora)

No que se refere à taxa de emprego, em dezembro 2022, 551 das colocações em ofertas de emprego foram de pessoas sem deficiência e/ou incapacidade e 14 de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, verificando-se taxas de emprego muito próximas. Verifica-se, assim, que a disparidade entre pessoas com e sem deficiência era de 1 ponto percentual.

Gráfico 13 - Taxa de emprego de pessoas com e sem deficiência e/ou incapacidade no Concelho da Amadora (dez. 2022) (%)



Fonte: IEFP, 2022 (Centro de Emprego da Amadora)

Estes dados alinham-se com os dados de 2021 do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, disponibilizados pelo Serviço de Estatística da União Europeia - Eurostat, que mostram que, em Portugal, a disparidade na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência era de 16,2 pontos percentuais, sendo o valor mais baixo observado nos últimos 5 anos. Este resultado poderá ser explicado pela quebra acentuada no emprego que foi registada na população em geral relacionada com a crise pandémica (ODDH, Relatório 2022).

Na voz dos atores...

- Existem poucas oportunidades de emprego e formação profissional para pessoas com deficiência e/ou incapacidade;
- Necessidade de sensibilizar empresas, entidades públicas e sociedade civil para a realidade de discriminação das pessoas com deficiência ou incapacidade no acesso ao trabalho;
- Necessidade de sensibilizar tecido empresarial local para as medidas de apoio ao emprego existentes.

Fonte: Entrevista, Workshops e Questionário, 2023



PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Diminuição do número de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego, entre 2020 e 2022.
- ▶ Pessoas com deficiência e/ou incapacidade representam 2,7% do total de pessoas inscritas/registadas no Centro de Emprego da Amadora.
- ▶ Maioria das pessoas com deficiência inscritas como desempregadas são adultos, entre os 35 e os 54 anos, com habilitações académicas igual ao acima do 3º ciclo. Na sua maioria são situações de desemprego com mais de 1 ano e à procura de um novo emprego.
- ▶ Apesar da disparidade da taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência ser reduzida, ainda são percecionadas desigualdades no acesso ao mercado de trabalho no concelho.



OS RECURSOS E POTENCIALIDADES...

- ▶ Existência de **medidas de apoio ao emprego** disponíveis no Concelho, destacando-se o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade, o qual consiste num conjunto integrado de medidas que visam apoiar a qualificação e o emprego das pessoas com deficiência e incapacidade que apresentam dificuldades no acesso, manutenção e progressão no emprego. Neste âmbito a AFID disponibiliza 4 cursos de formação;
- ▶ Disponibilização de **apoios financeiros**:
 - ✓ Para a aquisição de produtos de apoio (ajudas técnicas), por parte da Segurança Social;
 - ✓ Para adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitectónicas por parte de empregadores, por parte do IEFP.



OS DESAFIOS E PISTAS DE INTERVENÇÃO...

- ▶ Apostar na capacitação do tecido empresarial local (e seus profissionais) para as necessidades específicas das pessoas com deficiência e incapacidade, mas também sobre as suas capacidades e competências.
- ▶ Investir na informação e divulgação, junto das empresas do Concelho, das medidas de apoio ao emprego disponibilizadas pelo IEFP para pessoas com deficiência e incapacidade.
- ▶ Reforçar as estratégias e mecanismos de apoio à integração das pessoas com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho. Nesta linha, poderá ser interessante apostar na criação de um rede local de emprego protegido em articulação com as empresas e outras entidades locais. A Rede INCORPORA, iniciativa da Fundação "la Caixa", na qual a Fundação AFID está integrada, poderá ser um exemplo de boa prática a ter em conta.
- ▶ (Re)pensar as respostas de formação profissional no Concelho direcionadas para pessoas com deficiência e incapacidade, a partir do levantamento das necessidades das empresas locais e das próprias, numa perspetiva de adaptação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses e competências da populações-alvo.



PROTEÇÃO SOCIAL

PROTEÇÃO SOCIAL

Quem são (e quantas são) as pessoas com deficiência e/ou incapacidade que recebem apoios e prestações sociais?

Neste capítulo apresentam-se os principais dados relacionados com os apoios disponibilizados pelo Estado para pessoas com deficiência e/ou incapacidade e os respetivos agregados familiares, com vista a mitigar o seu risco de pobreza e exclusão social.

Neste sentido, embora os dados sejam de âmbito nacional, considera-se que deve ser tido em conta a análise do risco de pobreza e de exclusão social. Dados da Eurostat indicam que, em 2021, existia maior risco de pobreza e exclusão em agregados com pessoas com deficiência, em particular do grupo etário dos 16 aos 64 anos e com deficiência grave (face à população sem deficiência)³.

No que respeita a prestações sociais atribuídas a famílias e/ou pessoas em situação de maior vulnerabilidade, importa referir que no ano de 2021, 1.665 famílias residentes no Concelho da Amadora beneficiaram de Rendimento Social de Inserção, com valor médio mensal de 282,94€. Uma análise evolutiva permite verificar a existência de um aumento na ordem dos 7,8% do número de agregados residentes no concelho beneficiários de RSI face a 2016 (1544 em 2016)⁴.

Já no que se refere ao Abono de Família para crianças e jovens, a análise evolutiva dá conta da mesma tendência de crescimento do número de beneficiários desta prestação entre 2016 (N=20.115) e 2022 (N=24.173), de cerca de 22,1%⁵.

³ Fonte: Eurostat (2022c). People at risk of poverty or social exclusion by level of activity limitation, sex and age.

⁴ Fonte: ISS,IP\Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2023 (Sistema de Estatísticas da Segurança Social) (dados de dezembro de 2021); Diagnóstico Social 2017

⁵ Fonte: ISS,IP\Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2023 (Sistema de Estatísticas da Segurança Social) (dados de dezembro de 2022); Diagnóstico Social 2017

APOIOS SOCIAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

No caso particular da população com deficiência e/ou incapacidade que se encontre numa situação de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência ou de vulnerabilidade social, são disponibilizados as seguintes Respostas / Apoios Sociais⁶:

- Subsídio de bonificação por deficiência: atribuído mediante algumas condições, nomeadamente a criança ou jovem com deficiência estar a viver a cargo do beneficiário (de quem é descendente) e não exercer atividade profissional ou o agregado familiar estar em situação de carência económica.
- Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial: compensação para os encargos resultantes de apoios específicos a crianças e jovens com deficiência, designadamente a frequência de estabelecimentos adequados às suas necessidades. Esta prestação é atribuída quando as crianças e jovens até aos 24 anos com redução permanente de capacidade física, motora, orgânica, sensorial ou intelectual, frequentem estabelecimentos de educação especial, necessitem de apoio individual por um técnico especializado ou frequentem uma creche ou jardim-de-infância para integração social.
- Subsídio para assistência a filho com deficiência ou doença crónica: subsídio mensal atribuído caso o pai ou mãe prestem assistência ao filho com deficiência ou doença crónica, integrado no agregado familiar.
- Subsídio por assistência de 3ª pessoa: prestação mensal para compensar o acréscimo de encargos familiares resultantes da situação de dependência dos titulares de Abono de Família para Crianças e Jovens com Bonificação por Deficiência, e que necessitem de acompanhamento permanente de uma terceira pessoa.
- Prestação social para a inclusão: atribuída quando os cidadãos nacionais e estrangeiros, refugiados e apátridas têm uma deficiência da qual resulte um grau de incapacidade igual ou superior a 60%. Esta prestação pode ser constituída por três componentes: o componente base, que se destina aos encargos gerais acrescidos que resultam da situação de deficiência, o complemento, para combater a pobreza das pessoas com deficiência, e a majoração (acréscimo), para compensar encargos específicos.
- Produtos de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidade: qualquer dispositivo, equipamento, instrumento, tecnologia e *software*, especialmente

⁶ Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/guias/apoio-a-familia/pessoas-com-deficiencia>

produzido ou disponível, para prevenir, compensar, monitorizar, aliviar ou neutralizar as incapacidades, limitações das atividades e restrições na participação.

No que se refere aos **subsídios disponíveis para as famílias com filhos com deficiência e/ou incapacidade**, os dados estatísticos revelam, entre 2020 e 2022, um decréscimo no número de beneficiários que usufruíram do Subsídio de Bonificação por Deficiência (-13,6%) e do Subsídio por Assistência a Filhos com Deficiência ou Doença Crónica (-24,4%).

Como se observa na tabela 5, após um aumento do número de beneficiários do Subsídio por Frequência de Estabelecimento de Educação Especial no ano de 2021 (14,7%), em 2022, o número de beneficiários voltou aos valores de 2020.

No caso do Subsídio por Assistência de 3ª Pessoa, o número de beneficiários deste apoio apresenta relativa estabilidade nos últimos 3 anos, tendo atingindo o número mais alto em 2021.

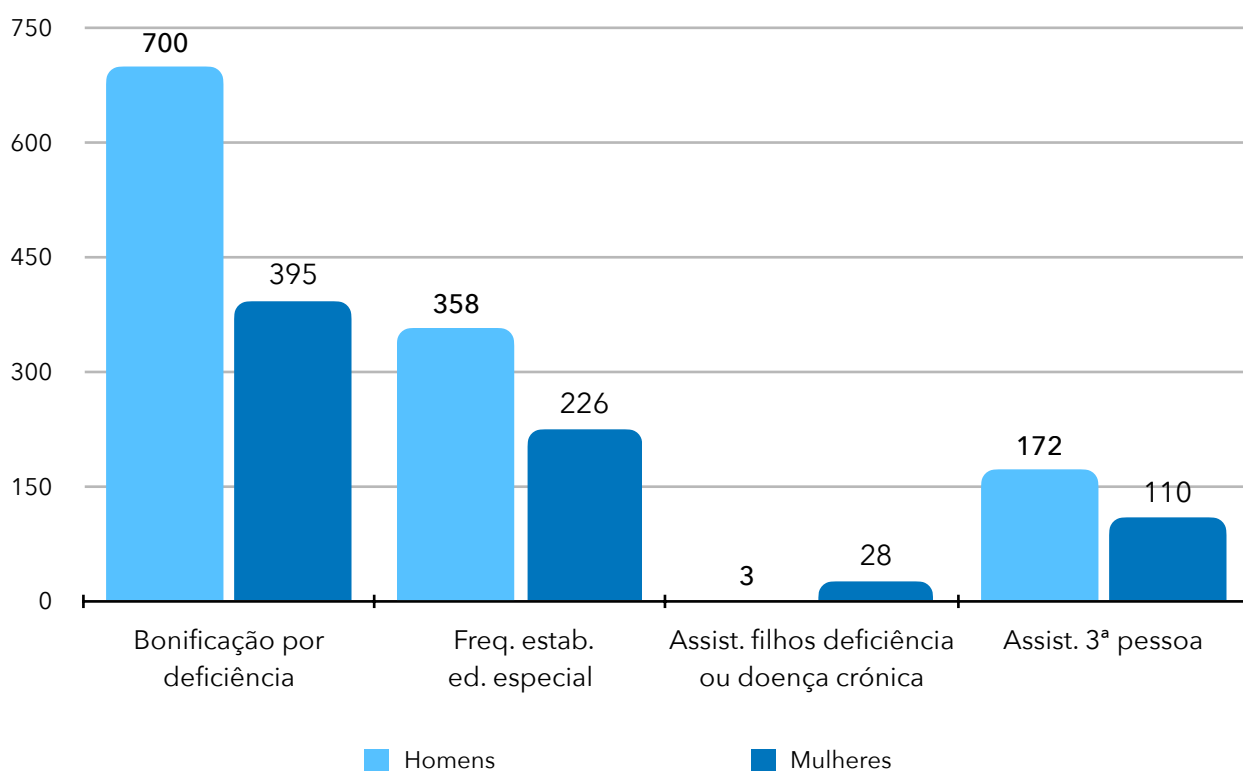
Tabela 5 - Evolução do N° de Beneficiários de Subsídios destinados a agregados com filhos com deficiência ou incapacidade, por prestação (2020 a 2022) (N°)

Prestação	2020	2021	2022	Varição percentual 2020-2022
Subsídio de bonificação por deficiência	1268	1210	1095	-13,6%
Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial	583	669	584	0,2%
Subsídio de assistência a filhos com deficiência ou doença crónica	41	32	31	-24,4%
Subsídio por assistência de 3ª pessoa	280	291	282	0,7%

Fonte: ISS,IP\Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2023 (Sistema de Estatísticas da Segurança Social)

Numa análise por sexo, a observação do gráfico 14 permite perceber que no ano de 2022, com exceção do subsídio de assistência a filhos com deficiência ou doença crónica (90,3% sexo feminino), a maioria dos beneficiários dos restantes subsídios são do sexo masculino (percentagens que rondam os 60%).

Gráfico 14 - Evolução do N° de Beneficiários de Subsídios destinados a agregados com filhos com deficiência ou incapacidade, por sexo (2022) (N°)

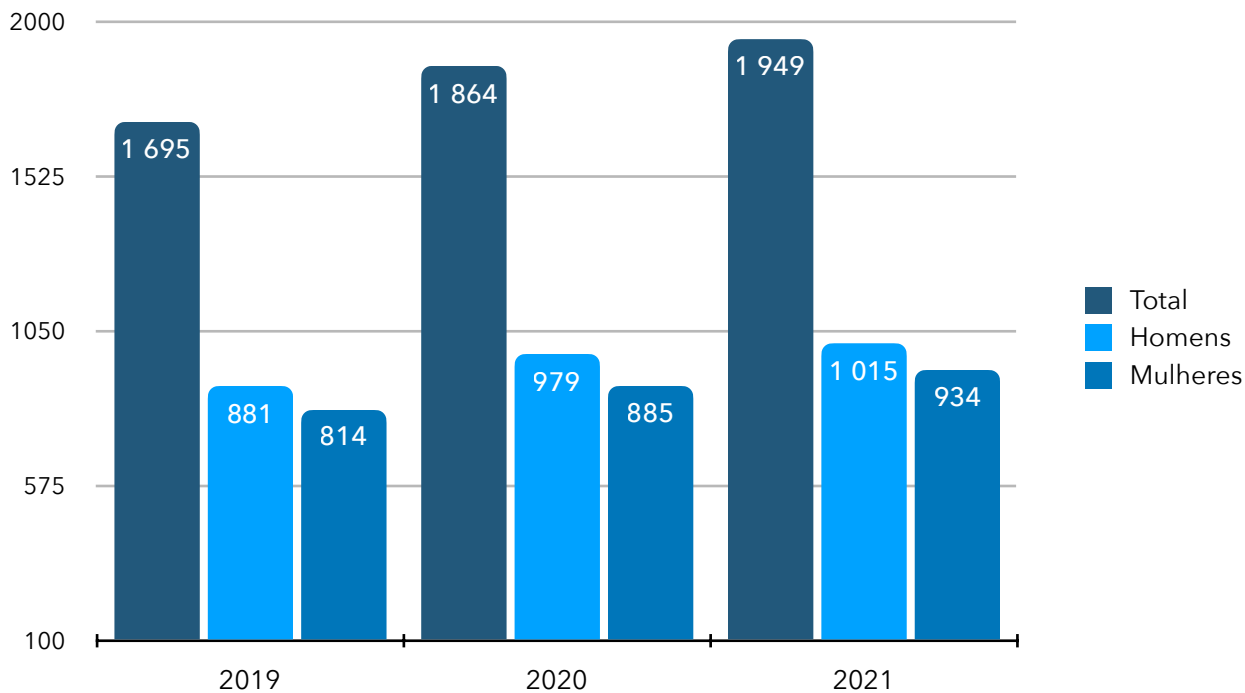


Fonte: ISS,IP\Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2023 (Sistema de Estatísticas da Segurança Social)

Relativamente à Prestação Social para a Inclusão (PSI), a sua atribuição apresenta uma tendência de crescimento do número de beneficiários, registando-se um aumento de 15% entre 2019 e 2021.

No que respeita à distribuição da PSI, por sexo, verifica-se que em 2021, 52,1% dos beneficiários eram do sexo masculino e 48% do sexo feminino, revelando um grande equilíbrio de género na atribuição desta prestação. Esta é aliás uma tendência que se verifica entre 2019 e 2021, sendo também uma tendência verificada a nível nacional (ODDH, Relatório 2022).

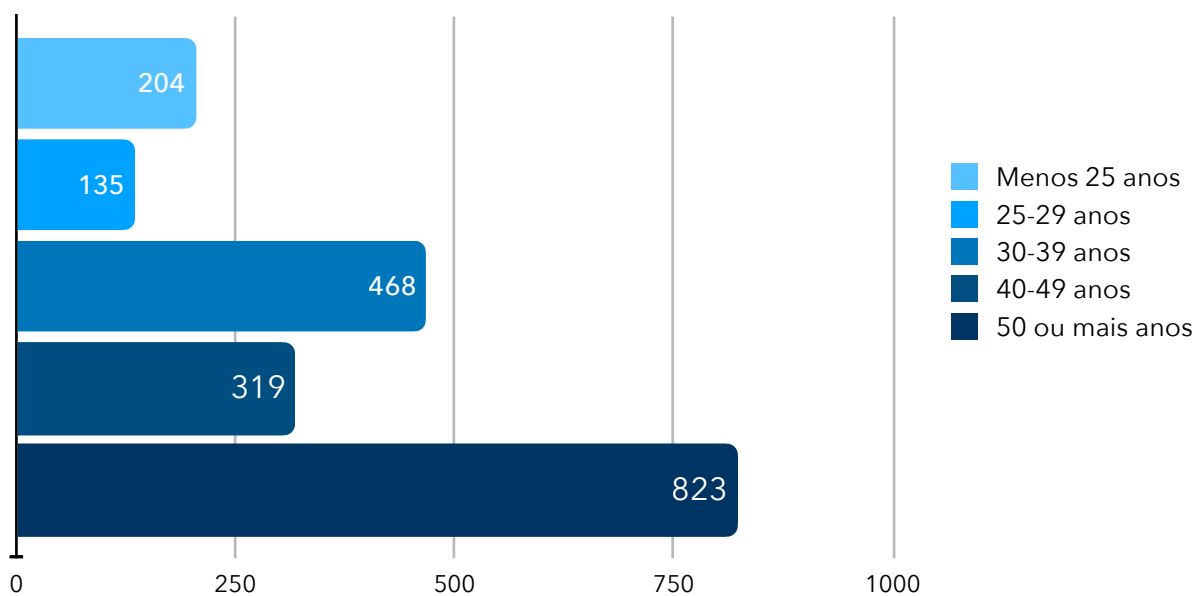
Gráfico 15 - Evolução do N° de Beneficiários da Prestação Social de Inclusão, por sexo (2019 a 2021) (N°)



Fonte: INE, 2022

A distribuição da PSI, por grupo etário, revela que em 2021, as pessoas com 50 ou mais anos (42%) beneficiaram mais desta prestação, seguindo-se do grupo dos 30-39 anos (24%).

Gráfico 16 - Evolução do N° de Beneficiários da Prestação Social de Inclusão, por sexo (2019 a 2021) (N°)

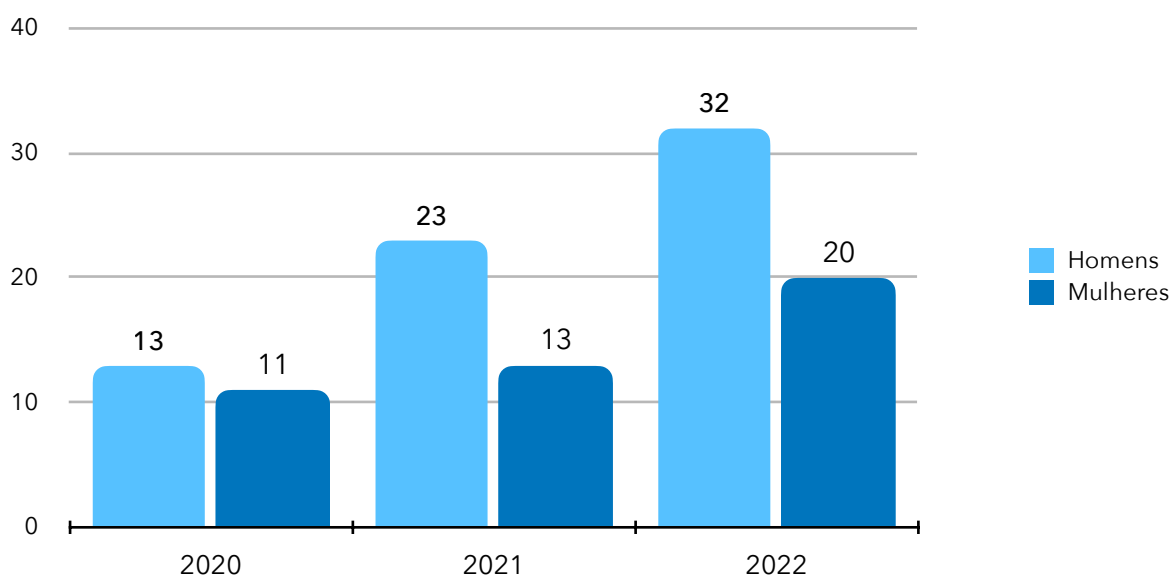


Fonte: INE, 2022

O Sistema de Atribuição de **Produtos de Apoio** (SAPA) foi introduzido em 2009, através do Decreto-Lei nº 93/2009, para financiamento de produtos de apoio prescritos pelos centros de saúde e centros especializados designados pelo ISS, I.P. No ano de 2021, a verba orçamentada foi reforçada (ao abrigo do Despacho nº 12410/2021, de 21 de dezembro), tendo sido nesse ano que se registou, a nível nacional, o número mais elevado de produtos atribuídos (ODDH, Relatório 2022).

Em relação ao número de beneficiários deste apoio, os dados obtidos mostram que no Concelho da Amadora o número tem vindo a aumentar desde 2020, registando-se um crescimento acentuado de beneficiários em 2022 (na ordem dos 116%). É também possível verificar que nos últimos 3 anos, os beneficiários do sexo masculino usufruíram mais deste apoio.

Gráfico 17 - Evolução do N° de Beneficiários de Produtos de Apoio, por ano e por sexo (2020-2022) (N°)



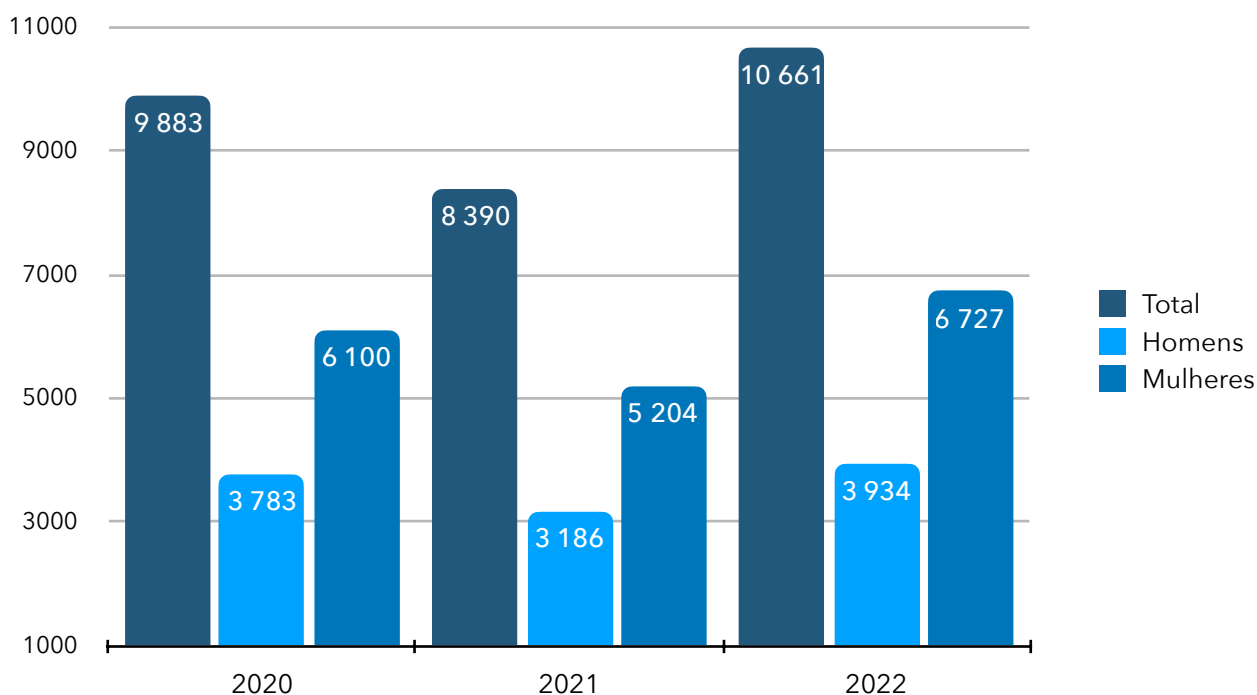
Fonte: ISS,IP\Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2023 (Sistema de Estatísticas da Segurança Social)

PENSÕES E OUTROS APOIOS

Relativamente ao **Subsídio de Doença**, consiste na atribuição de uma prestação para compensar a perda de remuneração, resultante do impedimento temporário para o trabalho, por motivo de doença. Os dados mostram uma tendência de crescimento do número de beneficiários entre 2020 e 2022, tendo atingido o pico de beneficiários em

2022 (N=10.661), após uma diminuição registada no ano de 2021 (-15,1% que em 2020).

Gráfico 18 - Evolução do N° de Beneficiários do Subsídio de Doença residentes no Concelho, por sexo (2020 a 2022) (N°)



Fonte: ISS,IP\Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2023 (Sistema de Estatísticas da Segurança Social)

No que se refere às **Pensões de Invalidez, de Velhice e de Sobrevivência**, no ano de 2021, eram 45.665 as pessoas residentes no Concelho que delas beneficiavam, sendo que a maioria dos beneficiários se enquadravam no regime contributivo. Este valor representa um aumento do número de beneficiários de 25,7% face ao ano de 2016 (N=36.322), mas um ligeiro decréscimo face a 2020 (-0,9%).

Como se observa na tabela, a maioria das pensões atribuídas nos três anos referenciados relacionam-se com a idade, na medida em que mais de 70% são pensões de velhice. Nos casos específicos das pensões de invalidez e de velhice, verifica-se uma tendência de diminuição do número de beneficiários, mais acentuada no caso da pensão de invalidez (-34% entre 2016 e 2021). Este dado encontra alinhamento com dados registados a nível nacional, que indicam que o valor mais baixo do número de beneficiários da pensão de invalidez foi registado no ano de 2021 (desde 2001) (ODDH, Relatório 2022).

Tabela 6 - Evolução do N° de Pensionistas Ativos, por pensão, ano e regime (2016, 2020 e 2021) (N°)⁷

Pensão	2016	2020		2021		Variação percentual 2016-2021
		Regime Contributivo	Regime não contributivo	Regime Contributivo	Regime não contributivo	
Pensão de Invalidez	2815	1957	a)	1858	a)	-34%
Pensão de Velhice	33 407	32 918	550	32 518	570	-0,9%
Pensão de sobrevivência	10 555	10 643	28	10 690	29	1,5%

Fonte: ISS,IP\Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2023 (Estatística anual do total de pensionistas ativos)⁸; Diagnóstico Social, 2017

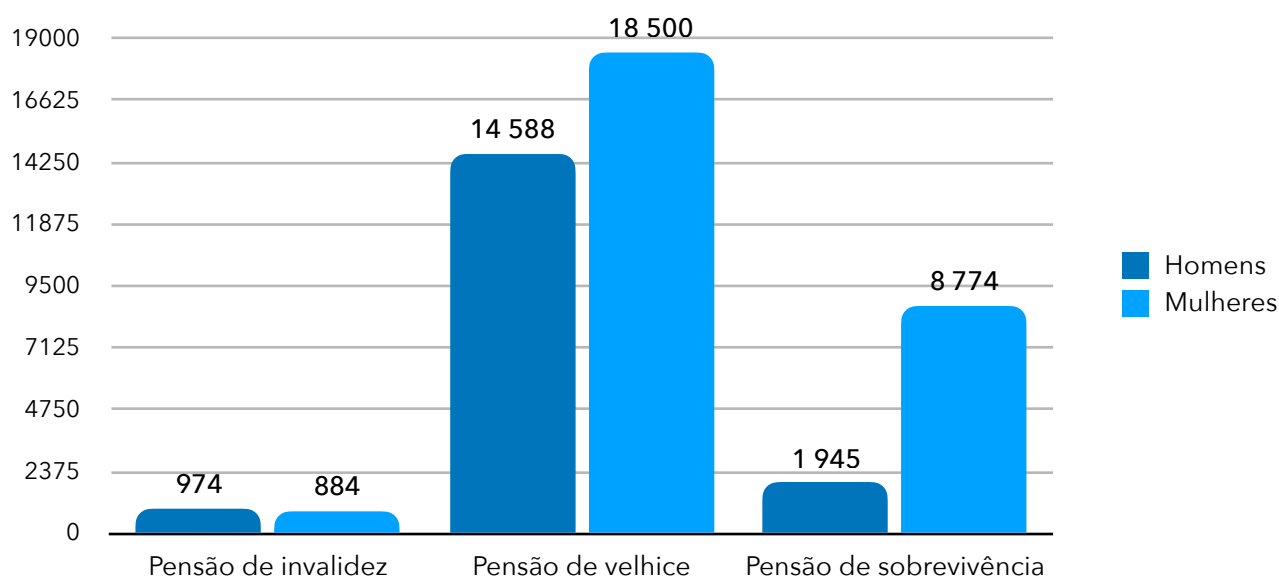
a) A pensão de invalidez do regime não contributivo foi integrada na Prestação Social para a Inclusão.

A análise de perfil dos beneficiários no ano de 2021, revela um maior número de pensionistas do sexo masculino nas atribuições da pensão de invalidez (52,4%). No caso das atribuições de pensão de velhice e de sobrevivência, verifica-se a situação oposta, existindo um maior número de pensionistas do sexo feminino (56% e 82% respetivamente), o que pode encontrar explicação no facto de existir um maior número de mulheres residentes no Concelho da Amadora (face ao número de homens).

⁷ Regime Contributivo agrega o regime geral e regime rural regulamentar; Regime Não Contributivo agrega o regime rural transitório e o regime da pensão social

⁸ Pensionistas ativos em dezembro de cada ano

Gráfico 19 - Evolução do N° de Pensionistas Ativos residentes no Concelho, por sexo (2021) (N°)



Para os pensionistas que se encontrem em situação de dependência e que precisam da ajuda de outra pessoa para satisfazer as necessidades básicas da vida quotidiana, é disponibilizado o **Complemento por Dependência**⁹. Os dados revelam uma tendência de aumento do número de titulares entre 2020 e 2022, em particular nos casos de 2º grau de dependência¹⁰ (13,2%), ou seja de pessoas que se encontram acamadas ou com demência grave.

Os dados de caracterização da tabela 7, revelam que a maioria dos complementos atribuídos entre 2020 e 2022 foram a pessoas de 1º grau de dependência, sendo os titulares na sua maioria do sexo feminino em ambos os graus (percentagens acima dos 55%).

⁹ Cidadãos que podem requerer Complemento por dependência: 1) Pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência do regime geral de segurança social e do regime do seguro social voluntário; 2) Pensionistas de velhice e de sobrevivência do regime não contributivo e equiparados; 3) Beneficiários da prestação social para a inclusão; 4) Beneficiários não pensionistas dos regimes acima referidos que sejam portadores de doença suscetível de originar invalidez especial.

¹⁰ 1ª grau de dependência - pessoas sem autonomia para satisfazer as necessidades básicas da vida quotidiana (não conseguem fazer a sua higiene pessoal, alimentar-se ou deslocar-se sozinhos)

2º grau de dependência - pessoas, além da dependência de 1º grau, se encontrem acamadas ou com demência grave.

Tabela 7 - Evolução do N° de Titulares de Complemento por Dependência, por sexo e grau de dependência (2020 a 2022) (N°)

Grau	2020			2021			2022			Variação percentual 2020-2022
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	
1° Grau	1219	700	1919	1214	706	1920	1214	723	1973	2,8%
2° Grau	253	180	433	275	204	479	284	206	490	13,2%

Fonte: ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2023 (II,IP)

O Decreto Regulamentar n° 1/2022, de 10 de janeiro, veio estabelecer os termos e condições do reconhecimento do **Estatuto de Cuidador Informal**, a pessoas que prestem cuidados permanentes ou regulares a outros (familiares) que se encontram numa situação de dependência (pessoa cuidada).

Dados do ano de 2021, mostram que no Concelho da Amadora foram registados 347 requerimentos deste estatuto, tendo sido deferidos cerca de 50%. Verifica-se, ainda, que dos cuidadores com estatuto deferido, a maioria é cuidador principal¹¹.

Entre os cuidadores principais com estatuto reconhecido, 57 tiveram o Subsídio de apoio ao cuidador informal deferido.

Tabela 8 - N° de requerimentos de ECI entrados e deferidos e N° de Cuidadores com SACI deferido no Concelho (2021) (N°)

Requerimentos Entrados	Cuidadores com Estatuto Deferido			Cuidadores com SACI Deferido
	Principal	Não principal	Total	
347	120	54	174	57

Fonte: ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2023 (Sistema de Estatísticas da Segurança Social)

¹¹ Cuidador principal - reside com a pessoa cuidada; estar cuidados de forma permanente, mesmo que a pessoa cuidada frequente estabelecimento de ensino, de ensino especial ou respostas sociais de natureza não residencial; não exerce atividade profissional remunerada; não recebe prestações de desemprego, nem remunerações pelos cuidados que presta à pessoa cuidada
 Cuidador não principal - acompanha e cuida da pessoa cuidada de forma regular, mas não permanente, podendo ou não receber remuneração de atividade profissional ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada.

Neste âmbito, os atores consultados salientam a importância da atribuição deste estatuto, considerando, que seria necessário apostar num apoio mais integrado a estes cuidados informais, pela exigência que o acompanhamento de pessoas com deficiência e/ou dependentes implica. Neste sentido, é destacada a importância de existirem respostas a nível de emprego, do apoio às tarefas do quotidiano, do apoio psicológico, entre outros.

Na voz dos atores...

- Valores das prestações sociais e familiares baixos face à situação económica atual, dificultando em muitos casos que as pessoas com deficiência e/ou incapacidade se tornem mais independentes financeiramente.
- Vagas insuficientes nas respostas sociais existentes no Concelho, face à procura e necessidades.
- Necessidade de investir na criação de mais apoios aos cuidados informais (exemplo: incentivos no trabalho, grupos de apoio, apoio domiciliário,...).
- Necessidade de apostar em metodologias participativas de envolvimento e auscultação e envolvimento da população com deficiência e/ou incapacidade e respetivas famílias (“dar voz”).

Fonte: Entrevista, Workshops e Questionário, 2023



PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Em 2021, existia maior risco de pobreza e exclusão em agregados com pessoas com deficiência, em particular do grupo etário dos 16 aos 64 anos e com deficiência grave (face à população sem deficiência).
- ▶ Aumento do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e do Abono de Família entre 2016 e 2021.
- ▶ Diminuição do número de beneficiários com atribuição de Subsídio de Bonificação por Deficiência (-13,6%) e do Subsídio por Assistência a Filhos com Deficiência ou Doença Crónica (-24,4%), que poderá encontrar explicação na diminuição do grupo dos 0 aos 14 anos no Concelho, em 2021.
- ▶ Por oposição, o aumento da população residente no Concelho com idade igual ou acima dos 65 anos poderá ser um dos motivos para o aumento do número de pensionistas entre 2011 e 2021 (25,7%).
- ▶ Aumento do número de pensionistas titulares do Complemento por Dependência entre 2020 e 2022 (13,2%), em particular nos casos de 2º grau de dependência. Contudo, a maioria dos complementos atribuídos foram a pessoas de 1º grau de dependência.
- ▶ Aumento do número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão (15% entre 2019 e 2021) e do número de beneficiários de produtos de apoio em 2022 (na ordem dos 116%).
- ▶ Em 2021, 50% dos requerimentos do Estatuto de Cuidador Informal foram deferidos (num total de 347), na sua maioria para cuidadores principais. No mesmo ano, a 57 destes cuidadores foi deferido Subsídio de apoio ao cuidador informal.
- ▶ Perceção dos valores das prestações sociais e familiares baixos, dificultando o processo de independência das pessoas com deficiência e incapacidade (ex: no acesso a habitação)
- ▶ Vagas insuficientes nas respostas sociais existentes no Concelho, face à procura e necessidades.



OS RECURSOS E POTENCIALIDADES...

- ▶ Existência de **respostas sociais e serviços** dirigidos especificamente às pessoas com deficiência e incapacidade residentes no Concelho:
 - ✓ 3 Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) - resposta social que visa o desenvolvimento de atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão. Destina-se a pessoas que não possam por si só, temporária ou permanentemente, dar continuidade ao seu percurso formativo ou exercer uma atividade profissional, ou ainda que se encontrem em processo de inclusão socioprofissional.
 - ✓ 3 Lares Residenciais - resposta social que apoia famílias e pessoas com deficiência intelectual com idade igual ou superior a 16 anos que se encontrem impossibilitadas de residir no seu meio familiar.
 - ✓ 3 Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) - cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a pessoas que por motivo de doença, deficiência ou incapacidade não assegurem temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas, promovendo a sua autonomia e o bem-estar biopsicossocial e permitindo que o cliente permaneça na sua residência.
 - ✓ Transporte Adaptado - Serviços de transportes personalizados com a possibilidade de garantia de acompanhamento para pessoas com limitações físicas, sensoriais e/ ou motoras e suas família.
 - ✓ Apoio Psicológico, Social e/ou Jurídico para pessoas com deficiência e incapacidade e/ou suas famílias.

- ▶ Existência de **Projetos Municipais** que pretendem contribuir para a melhoria das condições de vida da população em situação de dependência ou de isolamento (ver capítulo das Respostas e Serviços).



OS DESAFIOS E PISTAS DE INTERVENÇÃO...

- ▶ Apostar no desenvolvimento de políticas locais com enfoque na promoção dos direitos e proteção das pessoas com deficiência ou incapacidade;
- ▶ (Re)pensar a adequação das respostas sociais existentes no concelho, face à tendência de envelhecimento da população com deficiência e provável aumento do número de pessoas com incapacidade.
- ▶ Alargar o número de vagas das respostas sociais já existentes (estabelecimento de novos protocolos), mas apostar na implementação de respostas alternativas no Concelho como sejam:
 - ✓ Criação de projetos de residências de autonomia (em casas adaptadas ou apartamentos partilhados) no Concelho. Nesta linha, a resposta social de Residência de Autonomização e Inclusão surge como uma oportunidade (Portaria n.º 77/2022, de 3 de fevereiro).
 - ✓ Projeto MAVI - Modelo de Apoio à Vida Independente (Decreto-Lei n.º 129/2017) que consiste na disponibilização de assistência pessoal a pessoas com deficiência ou incapacidade, através de Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), para a realização de atividades de vida diária e de mediação em contextos diversos que, em razão das limitações decorrentes da sua interação com as condições do meio, estas não possam realizar por si próprias. A implementação de um modelo definitivo de apoio à vida independente em Portugal é uma das medidas previstas para 2023 no âmbito da ENIPD 2021-2025.
- ▶ Importância de envolver e dar voz às pessoas com deficiência e incapacidade nas decisões que lhes dizem respeito, apostando em abordagens participativas, como por exemplo fóruns de discussão.



SAÚDE

SAÚDE

Como se caracteriza a situação de saúde no Concelho da Amadora, em particular na resposta às necessidades da população com deficiência ou incapacidade?

O artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, consagra a proteção da saúde como um dever, mas sobretudo, como um direito de todos: *“Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover”*¹².

O Concelho da Amadora integra o Agrupamento de Centros de Saúde do Concelho da Amadora (ACES Amadora), o qual abrange todas as unidades funcionais prestadoras de cuidados de saúde primários à população do Concelho, integradas nos Centros de Saúde da Amadora, Reboleira e Venda Nova, e serviços de apoio.

O ACES Amadora tem em funcionamento 3 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), 7 Unidades Saúde Familiares (USF), 1 Unidade de Saúde Pública (USP), 1 Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), e 1 Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP), todas compostas por equipas multidisciplinares. Integra, ainda, o Centro de Diagnóstico Pneumológico da Venda Nova (CDP VN) (ACES Amadora, 2016).

O ACES Amadora tem uma área de influência coincidente com o seu Concelho, abrangendo as 6 freguesias, num total de 171.454 habitantes, distribuídos por uma área de 24 Km², registando uma densidade populacional de 7.210 hab/km², destacando-se no primeiro lugar dos municípios com maior densidade populacional. Tendo uma área de influência tão alargada, antecipa-se desde logo a dificuldade na prestação de cuidados de saúde à população.

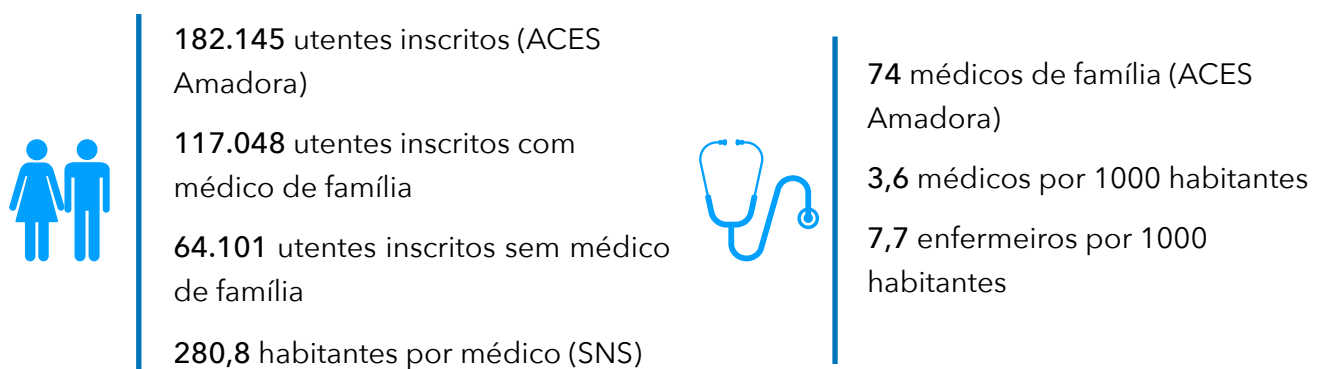
No entanto, salienta-se a falta de dados estatísticos que permitam caracterizar de forma aprofundada o acesso das pessoas com deficiência e/ou incapacidade aos serviços de saúde do Concelho. Ainda assim, considera-se relevante apresentar alguns dados estatísticos referentes à situação da saúde no Concelho.

¹² Artigo 64.º, 1 - Constituição da República Portuguesa

À data de junho de 2023, encontravam-se inscritos no ACES Amadora um total de 182.145 utentes (menos 11,6% do que o registado em 2016), para um total de 74 médicos de família, perfazendo um rácio de cerca 2461 utentes por médico de família. Dados do ACES Amadora indicam que 64,3% dos utentes inscritos ativos tinham médico de família (117.048 utentes).

Ao nível dos recursos humanos afetos aos equipamentos do Serviço Nacional de Saúde, registavam-se, em 2021, 3,6 médicos e 7,7 enfermeiros por 1000 habitantes do Concelho, dando conta de um aumento do número de médicos/as e enfermeiros/as disponíveis face a 2016 (20% e 15% de aumento respetivamente).

Figura 1 - Dados estatísticos dos Cuidados de Saúde Primários no Concelho (2023) (Nº)
Nº de médicos e enfermeiros por 1000 habitantes (2021) (Nº)
Nº de habitantes por médico (2021) (Nº)



Fontes: SNS, BI-CSP, junho 2023; INE - Censos 2021; Pordata (INE - Estatísticas do Pessoal de Saúde), 2023

Apesar da diminuição do número de utentes inscritos no ACES Amadora e do número de utentes sem médico de família (face a 2016), mais de 64.000 pessoas residentes no Concelho continuam sem médico/a de referência nos serviços de saúde primária. Por outro lado, à semelhança do que já havia sido identificado no Diagnóstico Social em 2017, quando comparada com a realidade a nível nacional, a média de médicos por habitantes na Amadora é bastante inferior à média nacional (5,7 médicos/as por cada 1000 habitantes).

Apesar das melhorias verificadas em termos do número de profissionais de saúde disponíveis no Concelho, o rácio de habitantes por médico (280,8) é ainda muito

elevado (acima da média a nível nacional - 177,2 e da média para a Área Metropolitana de Lisboa - 146,9).

A informação disponível sobre o tempo médio de resposta à primeira consulta no Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE, solicitada pelos cuidados de saúde primários e entidades externas, em 2022, dá conta de uma média de 150 dias de espera para situações não consideradas como prioritárias. A título de exemplo, no caso da consulta de Deterioração Cognitiva, o tempo de espera para situações 'normais' é de 66 dias; para a Consulta de Psiquiatria - Consulta Geral é de 128 dias e para a Consulta de Psiquiatria da infância e da adolescência é de 153 dias¹³.

A perceção dos atores auscultados é de que o acesso a cuidados de saúde especializados para as necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidade é uma dificuldade pelas listas de espera muito longas. É referida, por exemplo, uma lista de cerca de 1 ano e 3 meses para a Consulta de Desenvolvimento no Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, o que prejudica a intervenção com as crianças com deficiência ou incapacidade.

Os atores referem, ainda, a necessidade de desburocratizar os processos administrativos e de investir na sensibilização dos serviços e profissionais de saúde para as necessidades específicas desta população.

Na voz dos atores...

- Dificuldade no acesso a cuidados de saúde no Concelho (ex: existência de listas de espera muito longas para consultas de especialidade)
- Processos demasiado burocráticos que dificultam o acesso a direitos (ex: na atribuição dos atestado multiusos).
- Necessidade de investir na sensibilização e informação dos serviços de saúde e dos seus profissionais para as necessidades destas pessoas, de forma a prestar uma resposta mais adequada (ex: minimizar os tempos de espera elevados nos dias das consultas; permitir que estes utentes sejam acompanhados na consulta; evitar o tratamento "infantilizado" e muitas vezes sem o consentimento informado).

Fonte: Entrevista, Workshops e Questionário, 2023

¹³ Dados disponíveis em: <http://tempos.min-saude.pt/#/instituicoes> (dados de outubro a dezembro de 2022)



PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Dados estatísticos insuficientes que permitam caracterizar de forma aprofundada a situação de saúde e o acesso das pessoas com deficiência e/ou incapacidade a cuidados de saúde no Concelho.
- ▶ Área de abrangência do ACES Amadora muito alargada, face à elevada densidade populacional, colocando constrangimentos no acesso atempado aos cuidados de saúde, traduzido em tempos de espera longos.
- ▶ Diminuição do número de utentes inscritos no ACES Amadora sem médico de família e aumento do número de médicos/as (20%) e de enfermeiros/as (155) por 1000 habitantes do Concelho (entre 2021 e 2016). Contudo, em 2021, o rácio de habitantes por médico era de 280,8, acima da média a nível nacional (177,2) e da média para a Área Metropolitana de Lisboa (146,9).
- ▶ Perceção de processos demorados e demasiado burocratizados na atribuição dos atestado multiuso, constituindo-se como entrave no acesso a direitos.
- ▶ Serviços de Saúde e profissionais de saúde percepcionados como pouco informados e sensibilizados para as necessidades específicas das pessoas com deficiência e incapacidade.



OS RECURSOS E POTENCIALIDADES...

- ▶ Concelho servido pelo Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca e por 10 UF (ACES Amadora).
- ▶ Existência de respostas locais no âmbito da saúde mental:
 - ✓ 2 Fóruns Sócio Ocupacionais
 - ✓ 1 Unidade Vida Protegida
- ▶ Existência de Banco Municipal de Ajudas Técnicas.



OS DESAFIOS E PISTAS DE INTERVENÇÃO...

- ▶ Investir numa intervenção mais articulada com os serviços de saúde, no sentido de implementar estratégias que permitam melhorar o acesso aos cuidados de saúde, como por exemplo:
 - ✓ Criação de equipa comunitária com competências específicas na área da deficiência, que permita prestar cuidados de saúde no domicílio;
 - ✓ Implementação de “corredores” de acesso prioritário a este grupo populacional, reservando consultas em determinados horários para população com dificuldades de mobilidade;
 - ✓ Criação de consultas de planeamento adaptadas às especificidades desta população.
- ▶ Ponderar o alargamento da abrangência de respostas de apoio já disponibilizadas pelo Município a toda a população com deficiência e incapacidade residente no Concelho, como é o caso do Cartão Amadora 65+ e da Oficina da Limpeza.
- ▶ Criação de um banco local de ajudas técnicas, com funcionamento mais autónomo do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio que é complementar aos sistemas e subsistemas de saúde.



ACCESIBILIDADES

ACESSIBILIDADES

Como se caracteriza o Concelho no que respeita às condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência e/ou incapacidade, quer ao nível da informação, quer ao nível da mobilidade?

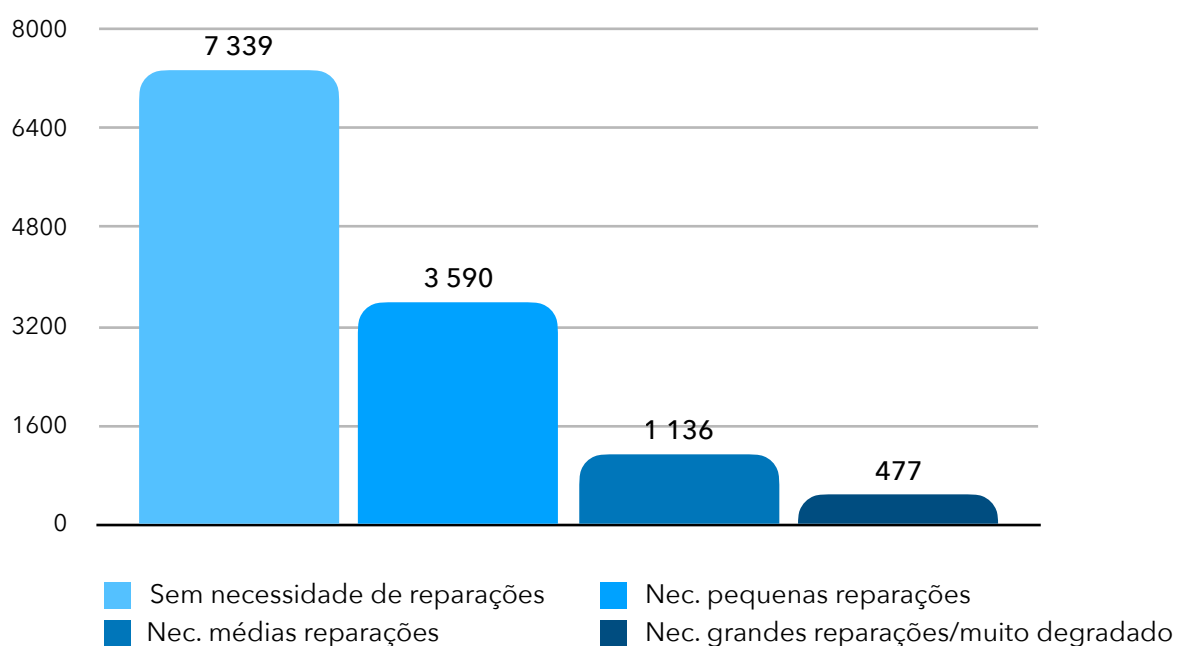
A garantia de acessibilidade constitui uma condição fundamental para a qualidade de vida das pessoas, sendo imprescindível para o pleno exercício dos seus direitos e deveres. Nesse sentido, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, é incumbência do Estado a adoção de medidas cuja finalidade seja garantir e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais – ou seja, pessoas que se confrontam com barreiras ambientais, impeditivas de uma participação cívica ativa e integral, resultantes de fatores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional – promovendo deste modo o bem-estar e qualidade de vida da população e a igualdade real e jurídico-formal entre todos os portugueses [alínea d) do artigo 9.º e artigo 13.º], bem como a realização de «uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias», o desenvolvimento de «uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles» e «assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais e tutores» (n.º 2 do artigo 71.º) (in <https://www.inr.pt/acessibilidades>).

A acessibilidade pode ser, assim, descrita como a característica de um ambiente, equipamento, produto, objeto ou serviço que lhe confere a possibilidade de assegurar a todos os seus potenciais utilizadores uma igual oportunidade de uso, de forma amigável e com dignidade e segurança.

Olhando para a realidade do Concelho da Amadora no que respeita à **acessibilidade física**, existiam, em 2021, 12.542 edifícios no Concelho. Destes, 1,4% foram construídos na década anterior, existindo 10.010 edifícios construídos entre 1946 e 1990.

Do total de edifícios existentes no Concelho, 41,5% apresentavam necessidade de reparações, com destaque para os que precisavam de pequenas ou médias reparações.

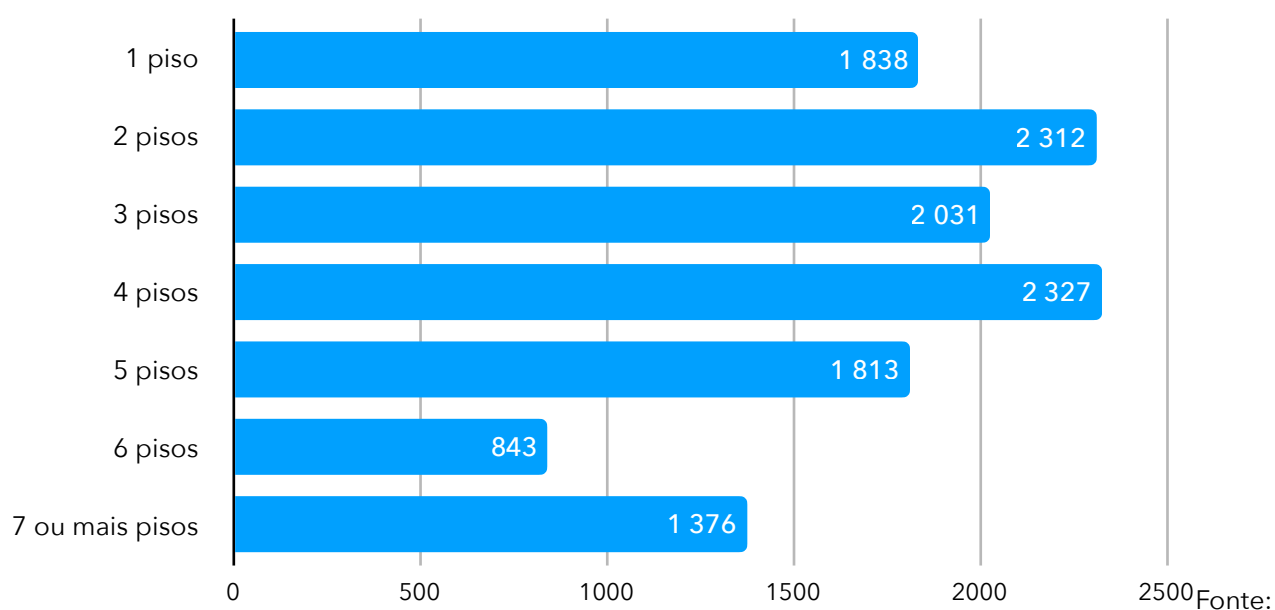
Gráfico 20 - Edifícios do Concelho da Amadora, por estado de conservação (2021) (N)



Fonte: Pordata, 2023

Importa, ainda, destacar o facto de 66,9% dos edifícios existentes no concelho terem pelo menos 3 andares.

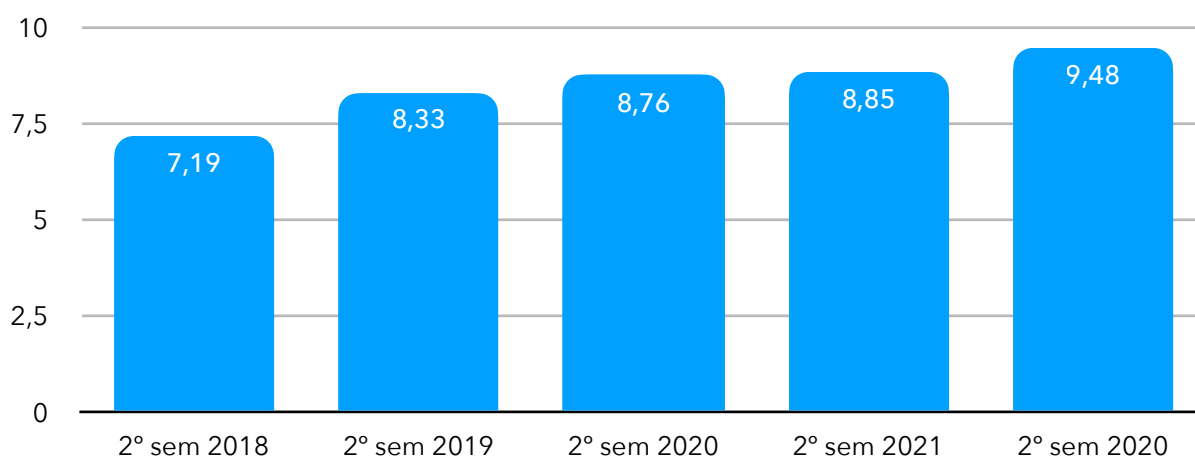
Gráfico 21 - Edifícios do Concelho da Amadora, por número de pisos (2021) (N)



Fonte: Pordata, 2023

As dificuldades de acesso a habitação vão além da questão da mobilidade. A falta de acesso a habitações, para arrendar e para adquirir, a preços acessíveis é um dos constrangimentos identificados a nível nacional. No Concelho da Amadora, o valor mediano das rendas por m², de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, tem vindo a aumentar nos últimos anos. No 2º semestre de 2022 o valor mediado por m² foi de 9,48€ (mais 2,29€ que no 2º semestre de 2018). De salientar, ainda, o facto deste valor se encontrar acima do valor registado em Portugal (6,52€) e equiparado ao valor na AML (9,86€).

Gráfico 21 - Valor mediano das rendas por m², de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, no concelho da Amadora, nos segundos semestres dos anos 2019, 2020, 2021 e 2022 (€)



Fonte: INE - Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local

As perceções dos atores auscultados alinham-se quanto à existência constrangimentos na mobilidade das pessoas com deficiência ou incapacidade que residem no Concelho, tendo como principal consequência um maior isolamento destas pessoas e maior dificuldade de acesso aos serviços. Neste sentido, é referida a necessidade de intervir com vista à adaptação dos edifícios residenciais do Concelho, mas também da eliminação das barreiras arquitetónicas na via pública (ex: passeios, rampas,...) e da melhoria das respostas no âmbito do transporte adaptado.

Do ponto de vista da **acessibilidade à comunicação e à informação**, as perceções dos profissionais, pessoas com deficiência e/ou incapacidade e famílias são consensuais quanto à falta de informação sobre a realidade desta população. Por um lado, é referida a necessidade de uma maior sensibilização e capacitação dos serviços e dos profissionais para uma intervenção mais adaptada às especificidades deste grupo

populacional, e por outro a necessidade de investir numa divulgação da informação mais acessível e adaptada aos diferentes tipos de deficiência, com vista a uma maior literacia destas pessoas e suas famílias em relação aos seus direitos e aos recursos disponíveis.

Na voz dos atores...

- Aumento do número de pessoas com deficiência/incapacidade isoladas por constrangimentos de mobilidade.
- Necessidade de maior adaptação dos edifícios residenciais e da eliminação das barreiras arquitetónicas na via pública (ex: passeios, rampas,...).
- Necessidade de repensar e alargar as respostas de transporte adaptado (a diferentes tipos de deficiência).
- Necessidade de sensibilizar profissionais e decisores políticos para a realidade das pessoas com deficiência/incapacidade.
- Serviços públicos ainda pouco adaptados às especificidades das várias deficiências (ex: a informação nem sempre é transmitida de forma adaptada aos diferentes tipos de deficiência; falta de intérpretes de língua gestual nos serviços públicos do Concelho).
- Utentes e famílias com baixa literacia relativamente aos seus direitos.

Fonte: Entrevista, Workshops e Questionário, 2023



PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Percentagem significativa de edifícios do Concelho apresentam necessidade de reparações (41,5%), com destaque para os que precisam de pequenas ou médias reparações, e têm pelo menos 3 andares (66,9%).
- ▶ Dificuldade da população do Concelho no acesso a habitação a custos controlados, para arrendar ou adquirir, em parte devido ao aumento do valor das rendas.
- ▶ Perceção de situações de dificuldade de acesso a serviços e maior isolamento das pessoas com deficiência e incapacidade, devido aos contrangimentos de mobilidade: i) existência de edifícios de habitação pouco adaptados às suas necessidades, ii) existência de barreiras arquitetónicas na via pública (ex: passeios, rampas,...), iii) resposta de transporte adaptado no Concelho insuficiente.
- ▶ Perceção de uma baixa literacia das pessoas com deficiência e incapacidade e suas famílias em relação aos seus direitos e aos recursos disponíveis.
- ▶ Perceção de falta de informação sobre a realidade desta população por parte dos profissionais e decisores políticos.



OS RECURSOS E POTENCIALIDADES...

- ▶ Existência de uma **Estratégia de Reabilitação Urbana - Amadora 2025**, que foca a habitação e a reabilitação urbana como uma questão prioritária no Concelho.
- ▶ Existência de **Balcão de Inclusão** em funcionamento no Concelho (implementado pelo Município em parceria com INR): serviço especializado com os principais objetivos de atender os munícipes com deficiência ou incapacidade e respetivas famílias; prestar informações sobre direitos, benefícios e recursos existentes; prestar informações sobre medidas de proteção social, formação profissional e emprego; e encaminhar e desenvolver uma função de mediação junto dos serviços públicos e privados.
- ▶ Existência de um **Guia de Recursos** do Concelho para Pessoas Portadoras de Deficiência elaborado pelo Município, que pretendeu compilar a informação

sobre recursos e serviços disponíveis para apoio às pessoas com deficiência e suas famílias.

- ▶ Programas municipais de apoio financeiro à recuperação e reabilitação urbana:
 - ✓ **Programa Reabilita +** (todo o Concelho) e **Reabilita Plus** (áreas específicas da Venda Nova e da Damaia de Baixo) - que pretendem apoiar a realização de obras de recuperação ou beneficiação de partes comuns ou de uso comum de edifícios de habitação.
 - ✓ **Programa Reabilita Vertical:** programa municipal de apoio à introdução de soluções para a melhoria das acessibilidades verticais, através da instalação ou adaptação de elevadores ou outros sistemas, nas partes comuns ou de uso comum dos edifícios de habitação.
- ▶ **Programa da Mobilidade e Acessibilidade:** apoio técnico e financeiro disponibilizado pelo município a pessoas com mobilidade reduzida com incapacidade igual ou superior a 60% que necessitem de obras de adaptação ou instalação de equipamentos de elevação na sua residência. Este programa tem o intuito de contribuir para que a população com mobilidade reduzida tenha a possibilidade de se deslocar autonomamente, reduzindo o isolamento social a que, muitas vezes, está sujeita.
- ▶ Existência de **Projetos Municipais** que visam a melhoria das condições de vida dos munícipes com idade igual ou superior a 65 anos, com deficiência ou em situação de dependência (ver capítulo das Respostas e Serviços).
- ▶ Serviços de **transportes adaptados** por parte de entidades do Concelho, com a possibilidade de garantia de acompanhamento para pessoas com limitações físicas, sensoriais e/ ou motoras e suas famílias.
- ▶ Serviços de **respostas desportivas** adaptadas às especificidades deste grupo populacional disponibilizados por entidades do Concelho.



OS DESAFIOS E PISTAS DE INTERVENÇÃO...

- ▶ Apostar no desenvolvimento de políticas locais com enfoque na promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou incapacidade, em particular o seu direito à participação em condições de igualdade e equidade com as demais. Nesta linha projetos como o “Projeto myPart”, da FENACERCI, que visou incrementar a participação política de pessoas com deficiência intelectual por via da sua capacitação, poderão ser um exemplo de boa prática.
- ▶ Investir na informação e capacitação das pessoas com deficiência e incapacidade e suas famílias sobre os seus direitos, mas também dos profissionais com atuação na área, com vista a uma intervenção mais adaptada às especificidades deste grupo populacional. Considera-se que o projeto europeu ‘Awareness4change’, promovido pela Fundação AFID, se constitui como um exemplo de boa prática no âmbito da sensibilização para a deficiência.
- ▶ Investir numa divulgação da informação relevante a esta população mais acessível e adaptada aos diferentes tipos de deficiência (ex: reforçar a acessibilidade da informação à população surda).
- ▶ Aposta na implementação de medidas facilitadoras da mobilidade e transporte das pessoas com deficiência e incapacidade, como por exemplo criação de um ‘passe inclusivo’ e de uma resposta de ‘transporte a pedido’ no Concelho.



RESPOSTAS SOCIAIS E SERVIÇOS

RESPOSTAS SOCIAIS E SERVIÇOS DIRIGIDOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE NO CONCELHO DA AMADORA

Neste capítulo pretende-se dar conta das respostas sociais e serviços existentes no Concelho dirigidos a pessoas com deficiência e incapacidade, assim como das entidades/instituições com intervenção nesta área.

Quem são as Entidades com respostas e serviços para pessoas com deficiência e incapacidade no concelho da Amadora?

Existem no Concelho um total de 7 instituições com respostas específicas para pessoas com deficiência e incapacidade que se apresentam de seguida:

Entidades
com
Respostas
Sociais
(N=3)



CERCIAMA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Amadora	
Respostas / Serviços	<ul style="list-style-type: none">• CACI• Lar Residencial• SAD
População-alvo	Crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual ou multideficiência
Localização (freguesia)	Venteira

Fundação AFID Diferenças	
Respostas / Serviços	<ul style="list-style-type: none">• CACI• Lar Residencial• SAD
População-alvo	Pessoas com deficiência mental e multideficiência
Localização (freguesia)	Alfragide

AMORAMA - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos	
Respostas / Serviços	<ul style="list-style-type: none">• CACI• Lar Residencial• SAD
População-alvo	Jovens e adultos com deficiência profunda
Localização (freguesia)	Mina de Água

Entidades com Respostas na área da Saúde Mental (N=2)

ACARPS - Associação Comunitária da Amadora para Reabilitação Psico-Social	
Respostas / Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Sócio Ocupacional
População-alvo	Pessoas com doença mental grave estabilizada
Localização (freguesia)	Alfragide

Recomeço - Associação para a Reabilitação e Integração Social Amadora/ Sintra	
Respostas / Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Sócio Ocupacional • Unidade Vida Protegida
População-alvo	Pessoas com problemas na área da saúde mental
Localização (freguesia)	Alfragide

Entidades com Respostas na área da Educação (N=1)

CERCIAMA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Amadora	
Respostas / Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção precoce • Escola de Ensino Especial • Centro de Recursos para a Inclusão
População-alvo	Crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual ou multideficiência
Localização (freguesia)	Venteira

Entidades com Outras Respostas (N=2)

Associação Cultural de Surdos da Amadora	
Respostas / Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de língua gestual • Atividades sócio culturais • Apoio Jurídico • Apoio Social e encaminhamento • Intérprete de Língua Gestual Portuguesa
População-alvo	Pessoas adultas com deficiência (surdos)
Localização (freguesia)	Falagueira-Venda Nova

APD - associação portuguesa de deficientes - delegação da amadora	
Respostas / Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades sócio culturais • Atendimento social e de psicologia • Atendimento jurídico • Transporte adaptado
População-alvo	Jovens e adultos com deficiência profunda
Localização (freguesia)	Falagueira-Venda Nova

Que respostas sociais e serviços existem no Concelho para pessoas com deficiência e incapacidade?

As respostas disponibilizadas pelas entidades organizam-se em 4 grandes tipologias: Respostas Sociais, Saúde Mental, Educação, Projetos Municipais, Atividades Culturais e Desportivas e Outras Respostas. Seguidamente apresentam-se as respostas/serviços existentes por cada uma das tipologias e, sempre que possível, será analisada a sua capacidade de resposta para o universo total do Concelho.

RESPOSTAS SOCIAIS

As respostas e serviços enquadrados nesta tipologia correspondem às Respostas Sociais regulamentadas e previstas pelo Estado no apoio às pessoas com deficiência e incapacidade, as quais têm o intuito de promover a valorização pessoal, o desenvolvimento de autoestima e de autonomia e a integração social (<https://eportugal.gov.pt/guias/apoio-a-familia/pessoas-com-deficiencia>). Estas respostas foram apresentadas no capítulo da Proteção Social.

No total, são apoiadas 466 pessoas com deficiência e incapacidade do Concelho no âmbito destas respostas. Destaca-se a taxa de ocupação elevada destas respostas (acima de 85%), em particular da resposta de Lar Residencial (100% de ocupação).

CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	SAD - Serviço de Apoio Domiciliário	Lar Residencial
<ul style="list-style-type: none">• 3 entidades• Capacidade: 284 utentes• Ocupação atual: 252 utentes• Taxa de Ocupação: 89%	<ul style="list-style-type: none">• 3 entidades• Capacidade: 144 utentes• Ocupação atual: 126 utentes• Taxa de Ocupação: 88%	<ul style="list-style-type: none">• 3 entidades• Capacidade: 88 utentes• Ocupação atual: 88 utentes• Taxa de Ocupação: 100%

Fonte: Dados fornecidos pela Rede Social da Amadora, 2023

RESPOSTAS NA ÁREA DA SAÚDE MENTAL

As respostas e serviços enquadrados nesta tipologia integram-se nos Apoios Sociais previstos pelo Estado para Pessoas com Doenças do Foro Mental ou Psiquiátrico. Constituem-se, assim, como respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social para pessoas com doenças mentais ou psiquiátricas em situação de carência e desigualdade sócio-económica, dependência e vulnerabilidade social.

Entre as respostas disponibilizadas encontram-se: i) 'Fórum sócio-ocupacional', estrutura de base comunitária de reabilitação psicossocial, destinada a jovens e adultos com doença psiquiátrica crónica, grave e estabilizada, com poucas capacidades de se relacionarem e integrarem socialmente; e ii) 'Unidade de vida protegida', apartamentos para treino da autonomia, destinados a jovens e adultos com problemas psiquiátricos crónicos e graves, clinicamente estáveis.

No total, são apoiadas 54 pessoas com deficiência e incapacidade do Concelho no âmbito destas respostas. Destaca-se o facto de ambas as respostas apresentarem uma taxa de ocupação de 100%.

Fórum sócio-ocupacional	Unidade de vida protegida
<ul style="list-style-type: none">• 2 entidades• Capacidade: 47 utentes• Ocupação atual: 47 utentes• Taxa de Ocupação: 100%	<ul style="list-style-type: none">• 1 entidades• Capacidade: 7 utentes• Ocupação atual: 7 utentes• Taxa de Ocupação: 100%

Fonte: Dados fornecidos pela Rede Social da Amadora, 2023

RESPOSTAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

As respostas e serviços enquadrados nesta tipologia atuam em dois níveis: i) Intervenção Precoce, com vista a assegurar as condições promotoras do desenvolvimento global da criança com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento; ii) Apoio do percurso educativo de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente.

No âmbito das respostas educativas destacam-se no Concelho: 'Centro de Recursos para a Inclusão', que se constituem como serviços especializados existentes na comunidade, acreditados pelo Ministério da Educação, que apoiam e intensificam a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos; e 'Escola de Ensino Especial', que disponibiliza um conjunto diversificado de atividades terapêuticas que pretendem maximizar as potencialidades dos alunos com NEE, com vista à sua integração escolar e social.

Ao nível da Intervenção Precoce, são apoiadas 100 crianças residentes no Concelho, destacando-se a taxa de 100% de ocupação desta resposta.

IP - Intervenção Precoce	CRI - Centro de Recursos para a Inclusão	Escola de Ensino Especial
<ul style="list-style-type: none">• 1 entidade• Capacidade: 100 utentes• Ocupação atual: 100 utentes• Taxa de Ocupação: 100%	<ul style="list-style-type: none">• 1 entidade• Intervenção em 7 agrupamentos de escolas do Concelho	<ul style="list-style-type: none">• 1 entidade• Disponibilização de 10 serviços/atividades especializados

Fonte: Dados fornecidos pela Rede Social da Amadora, 2023; Informação retirada do site da CERCIAMA

PROJETOS MUNICIPAIS

O Município da Amadora disponibiliza um conjunto de Projetos Municipais que pretendem contribuir para a melhoria das condições de vida dos munícipes com idade igual ou superior a 65 anos, com deficiência ou em situação de dependência.

Cartão Amadora 65+	Projeto Amasénior	Amasénior Bem Estar
Acesso a bens e serviços com descontos, em várias empresas do Concelho, para munícipes com idade igual ou superior a 65 anos e pessoas com incapacidade permanente, pensionistas ou reformados, independentemente da idade	Apoio alimentar em dias feriados e fins de semana a munícipes que já beneficiem de respostas sociais de serviço de apoio domiciliário ou centro de dia nos dias úteis	Acesso a serviços de bem-estar (cabeleireiro, manicure, pedicure, reflexologia e estimulação corporal), com possibilidade de serem prestados no domicílio, aos munícipes com mais de 65 anos, titulares do Cartão Amadora 65+
Oficina de Limpeza	Oficina Multiserviços	STAPA - Serviço de Teleassistência
Serviço de limpeza doméstica ao domicílio a preços reduzidos para a população com mais de 65 anos (no âmbito do projeto AmaSénior, em parceria com a Fundação AFID)	Visa a melhoria do conforto habitacional, permitindo a permanência no domicílio da população sénior e dependente, com baixos rendimentos	Disponibilização de um serviço de teleassistência disponível 24 horas por dia para população idosa ou deficiente em situação de isolamento social residente no município
Linha Municipal de Saúde	Banco Municipal de Ajudas Técnicas	
Acesso a cuidados básicos de saúde gratuitos, através de um serviço de atendimento médico permanente (consultas médicas ao domicílio, teleconsultas ou na clínica da Associação de Socorros Médicos "O Vigilante")	Cedência de ajudas técnicas a munícipes com dependência permanente ou temporária adequadas às necessidades de cada um (camas articuladas, cadeiras de rodas, andarilhos, cadeiras de banho etc).	

Fonte: Dados fornecidos pela Rede Social da Amadora, 2023

ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E LAZER

No Concelho da Amadora são disponibilizadas atividades culturais e desportivas adaptadas às especificidades das pessoas com deficiência e incapacidade, por parte de entidades locais e do próprio município.

Amasénior Viva+	Hidrosénior	Programas de Animação Sociocultural
Ocupação dos tempos livres de munícipes com 55 ou mais anos, combatendo o isolamento e a solidão, através de um vasto leque de atividades (ex. Ateliês Ocupacionais, Cursos Teóricos, Atividades físicas, visitas culturais) (pelo município)	Aulas de hidroginástica, 2 vezes por semana, para munícipes com 55 ou mais anos (pelo município)	<ul style="list-style-type: none">• 4 entidades• Visitas culturais, festas temáticas, Arraial Popular, grupo de dança inclusiva e de grupo de percussão, entre outras
Respostas desportivas	Programa de Praia Acessível	Galeria Municipal Artur Bual e Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos
<ul style="list-style-type: none">• 4 entidades• Atividades desportivas individuais e em grupo (caminhadas, natação e hidroginástica, ginástica adaptada)	<ul style="list-style-type: none">• 1 entidade• Programa de colónias de férias para pessoas com deficiência	Ambos os espaços municipais de cultura com acessibilidade a visitantes com mobilidade reduzida; Biblioteca com equipamentos para visitantes com deficiência visual
Complexo Desportivo Municipal Monte da Galega	Recreios da Amadora e Cineteatro D. João V	Parque da Mônica
Complexo destinado à prática desportiva, com condições para a prática de desporto adaptado e desporto sénior.	Ambos os espaços preparados para a utilização por pessoas com deficiência motora e/ou com mobilidade reduzida	Este espaço conta com dois equipamentos infantis totalmente direcionados para crianças com mobilidade reduzida

Fonte: Dados fornecidos pela Rede Social da Amadora, 2023; Guia de Recursos para a Área da Deficiência

OUTRAS RESPOSTAS

As respostas e serviços enquadrados nesta tipologia são de natureza diversa, tendo como objetivo de apoiar pessoas com deficiência e incapacidade na melhoria das suas condições de vida e no seu processo de inclusão.

Respostas / Serviços
<ul style="list-style-type: none">• Dinamização de atividades sócio-culturais - 2 entidades• Transporte adaptado - 1 entidade• Apoio Social - 2 entidades• Apoio Psicológico - 1 entidade• Apoio jurídico - 2 entidades• Curso de língua gestual - 1 entidade• Intérprete de Língua Gestual Portuguesa - 1 entidade

Fonte: Dados fornecidos pela Rede Social da Amadora, 2023; Informação retirada dos site da Associação Cultural de Surdos da Amadora e da

Apresenta-se de seguida a sistematização visual da distribuição das respostas e serviços existentes para pessoas com deficiência e incapacidade, pelas freguesias do Concelho.

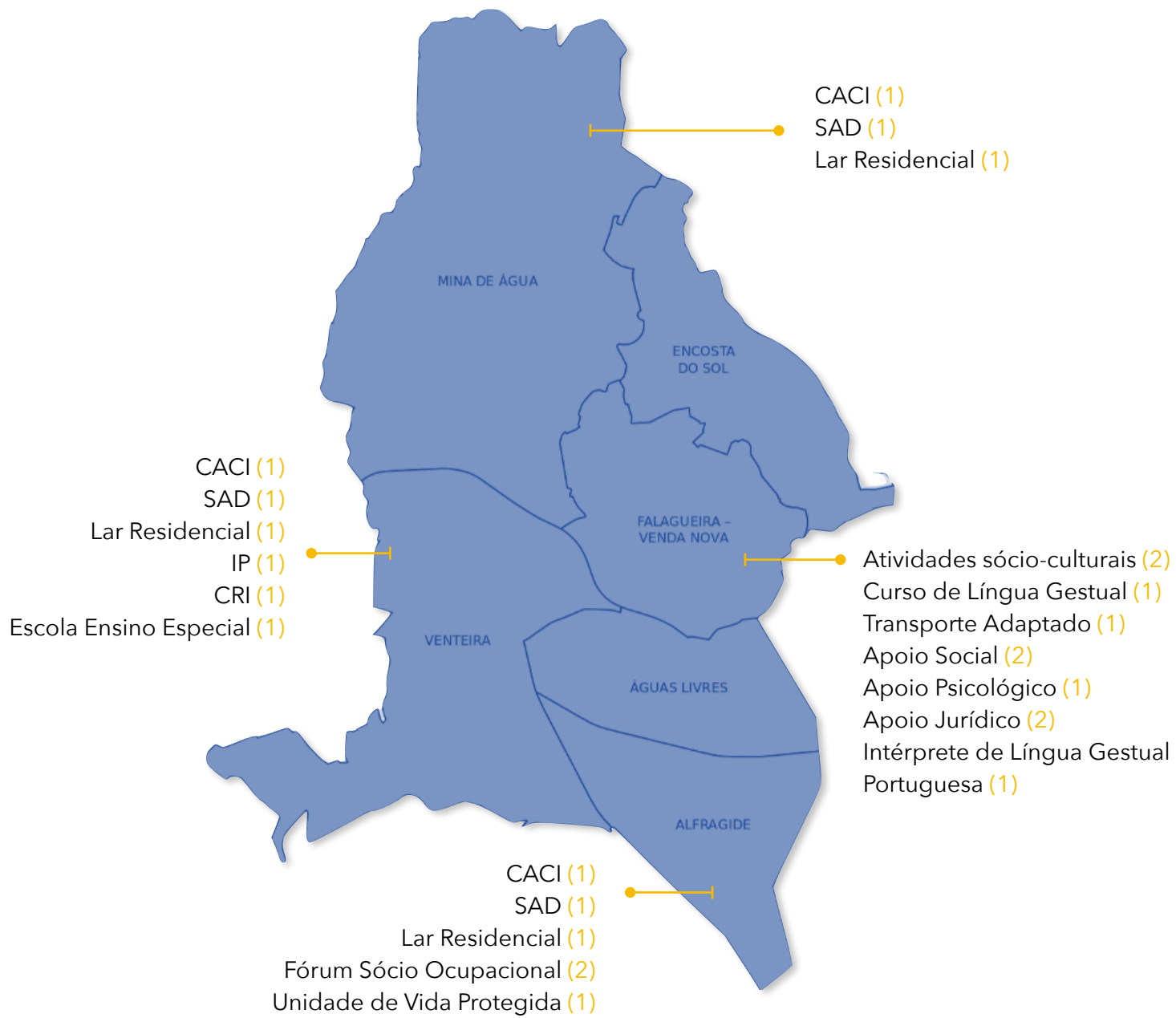
É de referir que estas são respostas de carácter concelhio, não estando por isso limitadas aos residentes da freguesia onde estão localizadas.

Destaca-se, ainda, o facto de algumas destas respostas serem supra concelhias, existindo por isso residentes de outros concelhos que beneficiam da sua ação, assim como existirão residentes do Concelho da Amadora integrados em respostas sociais fora do Concelho.

Figura 2 - Localização das respostas/serviços/projetos existentes no concelho, por freguesia e nº de entidades (N)

7 Entidades

25 Respostas/Serviços de âmbito concelhio



Fonte: Dados fornecidos pela Rede Social da Amadora, 2023

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES E PISTAS PARA PLANEAMENTO FUTURO

O presente diagnóstico reflete e caracteriza a situação atual do Concelho da Amadora no que respeita à realidade da população com deficiência e incapacidade, visando ser um contributo para o adequado planeamento da intervenção futura.

Nesse sentido, apresentam-se as principais recomendações que dele decorrem, focando as pistas para a ação consideradas como mais relevantes para efeitos de planeamento futuro:

- Realizar um planeamento integrado, tendo em conta todas as dimensões dos problemas e necessidades identificados neste diagnóstico.
- Elaborar um Plano Municipal para a Área da Deficiência, que permita definir medidas e estratégias concertadas de intervenção na área da deficiência, a nível concelhio.
- Fortalecer a rede de parceiros locais com intervenção na área da deficiência e incapacidade e apostar no estabelecimento de novas parcerias que se considerem relevantes.
- Apostar na capacitação de profissionais, entidades e serviços com intervenção na área da deficiência e incapacidade, com vista a qualificar a intervenção neste domínio.
- Garantir estratégias de envolvimento e participação da população com deficiência e incapacidade nomeadamente em processos futuros de planeamento nesta área.

O planeamento estratégico que virá a ser desenhado no futuro deverá alinhar-se com as estratégias definidas a nível nacional (e internacional) nesta área. A título de exemplo destacamos alguns documentos legais e algumas das Estratégias existentes, que podem ser tidas em consideração na elaboração das políticas e estratégias locais futuras, e que serviram de enquadramento ao presente diagnóstico:

Documento	Operacionalização
Estratégia Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	Encontra-se estruturada em 8 Eixos Estratégicos, assentando no pressuposto de que a inclusão destas pessoas tem implicações transversais em todas as áreas das políticas públicas, implicando uma abordagem holística e sistémica. A nível local têm enquadramento medidas como "Municípios com selo de território inclusivo", "soluções ao nível municipal para a consolidação de uma política de não institucionalização e de promoção da autonomia", "criação de Gabinetes Municipais para a Inclusão".
União da Igualdade: Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030	Com base nos resultados da anterior Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020, a nova estratégia tem em conta a diversidade da deficiência e inclui as incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais que são frequentemente invisíveis, organizando-se em 9 áreas prioritárias. Medidas como a "Plataforma para a Deficiência"; o "Cartão Europeu de Deficiente" ou "AccessibleEU - base de conhecimentos e boas práticas em matéria de acessibilidade, podem ser tidas como referências no planeamento local.
Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025	Conjunto de linhas orientadoras da ação e medidas estruturadas em 4 Eixos Estratégicos (Saúde, Participação, Segurança e Medição, Monitorização e Investigação). Destaque para a prossecução das orientações contidas no Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas e possível adesão à Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas.
Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável da Amadora 2016-2025 - VIVER BEM A IDADE	Decorre da reflexão aprofundada sobre as políticas desenvolvidas na Amadora, no domínio do envelhecimento. Organizado em 4 Eixos, pretendeu definir metas e objetivos estratégicos de intervenção no apoio à população sénior do Concelho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

ACES Amadora (2016). Guia de Acolhimento ao utente. URL: <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/05/Guia-Utente-versão-final-29-julho-2016-2-vf.pdf>

Câmara Municipal da Amadora. (2016). Guia de recursos para a área da deficiência. URL: https://www.cm-amadora.pt/images/INTERVENCAO_SOCIAL/PESSOAS_DEFICIENCIA/PDF/guia_recursos_deficiencia.pdf

Câmara Municipal da Amadora. (2016). (Re)Habi(li)ração. Guia informativo. URL: https://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/REABILITACAO_URBANA/PDF/2021/Gui_Habitacao_A5.pdf

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 - 2025 (ENIPD). Despacho nº 15/MTSSS/2019, de 29 de julho de 2020. URL: <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf>

Instituto Nacional Para a Reabilitação, I.P (2019). Guia Prático. Os Direitos das Pessoas com Deficiência e Portugal.

Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social da Amadora (2017). Diagnóstico Social da Amadora 2017. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (2022). Pessoas com Deficiência em Portugal. Indicadores de Direitos Humanos 2022. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Organização Mundial da Saúde (2015). Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde - Resumo. Genebra: Suíça. URL: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf?sequence=6

Serviço de Estudos sobre a População do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População (2002). O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas.

Sites consultados

Câmara Municipal da Amadora (<https://www.cm-amadora.pt>)

Guia de Respostas Sociais do Concelho (https://www.cm-amadora.pt/images/INTERVENCAO_SOCIAL/RESPOSTAS_SOCIAIS/guia_respostas_sociais_jun2020.pdf)

DGEEC - Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, Diversos (<https://www.dgeec.mec.pt/np4/248/>)

IEFP - Estatísticas mensais (<https://www.iefp.pt/estatisticas>)

INE (<https://www.ine.pt>)

ISS, IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia (<http://www.gep.mtsss.gov.pt/estatistica>)

PORDATA (<https://www.pordata.pt>)

SNS, BI -CSP (<https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/3/30014/Pages/default.aspx>)



LOGFRAME - CONSULTORIA E AVALIAÇÃO
TRAV. DOS CAPUCHINHOS, 61, BLOCO A,
2C
2400 -519 LEIRIA

